

Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

CNPJ nº 47.204.767/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("Companhia" ou "IBH XX") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A IBH XX é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento a sociedade Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas (Chapada do Piauí I Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A., Chapada do Piauí III Holding S.A., Asa Branca Holding S.A.), as quais detêm os Complexos Eólicos Chapada do Piauí I, II e III, e o Complexo Eólico Asa Branca. Os Complexos Eólicos Chapada do Piauí I, II e III estão localizados entre as cidades de Caldeirão Grande do Piauí, Simões e Marcolândia, estado do Piauí, e somam aproximadamente 437 MW de potência instalada. O Complexo Eólico Asa Branca, por sua vez, localiza-se nos municípios de Parazinho e de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte, e possui potência instalada de aproximadamente 160 MW. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH XX trabalha em

conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH XX, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24			31/12/25	31/12/24	Reclassificado	31/12/24
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	678	814	419.865	350.813	Fornecedores	15	-	24	15.592	41.838
Conta corrente restrita	5	-	-	13.172	2.965	Debêntures, empréstimo e financiamentos	16	189.366	-	684.031	566.865
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	7.240	-	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	8.232	8.854
Contas a receber	7	-	-	63.639	62.088	Tributos e obrigações trabalhistas	17	-	-	10.530	33.170
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	-	3.275	8	IRPJ e CSLL corrente	-	-	-	15.153	-
Tributos a recuperar	9	4	43	37.229	28.243	Passivo de arrendamento	-	-	-	1.147	171
IRPJ e CSLL a recuperar	46	-	-	3.744	-	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	634.145	479.199
Despesas antecipadas	-	-	-	625	6.792	Liminar excludente de responsabilidade	19	-	-	35.363	34.434
Estoques	10	-	-	12.805	12.390	Outras contas a pagar	20	8.796	8.796	19.832	14.794
Outras contas a receber	-	-	-	866	15.159	Total do passivo circulante		198.162	8.820	1.424.025	1.179.325
Total do ativo circulante		728	857	562.460	478.458	Não circulante					
Não circulante						Debêntures, empréstimo e financiamentos	16	-	159.343	560.879	750.740
Realizável a longo prazo						Tributos e obrigações trabalhistas	17	-	-	543	-
Tributos a recuperar	9	-	-	4.127	3.841	Tributos diferidos	11	-	-	3.519	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	90.456	106.564	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	113.067	105.239
Depósitos judiciais	18 (c)	-	-	2.827	2.010	Passivo de arrendamento	-	-	-	964	-
Tributos diferidos	11	-	-	23.014	18.001	Provisão para desmobilização	18 (b)	-	-	26.029	22.076
Despesas antecipadas	-	-	-	285	46	Provisão para causas judiciais	18 (c)	-	-	5.765	2.962
Investimentos	12	678.524	742.830	-	-	Outras contas a pagar	20	-	-	65.390	71.465
Ativo de direito de uso	-	-	-	1.891	145	Total do passivo não circulante		-	159.343	776.156	952.482
Imobilizado	13	-	-	1.901.622	1.971.283	Total do passivo		198.162	168.163	2.200.181	2.131.807
Intangível	14	-	-	169.979	209.518	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		678.524	742.830	2.194.201	2.311.408	Capital social	21	620.042	611.042	620.042	611.042
Total do ativo		679.252	743.687	2.756.661	2.789.866	Prejuízos acumulados	-	(138.952)	(35.518)	(138.952)	(35.518)
						Total do patrimônio líquido		481.090	575.524	481.090	575.524
						Participação dos não controladores	-	-	-	75.390	82.535
						Total do patrimônio líquido		481.090	575.524	556.480	658.059
						Total do passivo e Patrimônio líquido		679.252	743.687	2.756.661	2.789.866

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita líquida de vendas	22	-	-	430.682	241.374
Custo de venda de energia elétrica	23	-	-	(306.402)	(145.355)
Lucro bruto				124.280	96.019
Outros ganhos (perdas), líquidos	24	(129)	(872)	(33.285)	(24.462)
Resultado com participações societárias	12	(73.306)	(22.999)	(41.272)	(16.120)
Lucro (prejuízo) operacional		(73.435)	(23.871)	49.723	55.437
Receitas financeiras	99	189	189	59.480	17.183
Despesas financeiras	(30.098)	(11.836)	(192.552)	(92.084)	-
Resultado financeiro		(29.999)	(11.647)	(133.072)	(74.901)
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(103.434)	(35.518)	(83.349)	(19.464)
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	(28.230)	(18.610)
Prejuízos do exercício		(103.434)	(35.518)	(111.579)	(38.074)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas da Companhia	-	-	-	(103.434)	(35.518)
Participação de não controladores	-	-	-	(8.145)	(2.556)
Prejuízos do exercício	-	-	-	(111.579)	(38.074)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	27			(0,09)	(0,06)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Prejuízos do exercício	(103.434)	(35.518)	(111.579)	(38.074)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(103.434)	(35.518)	(111.579)	(38.074)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas da Companhia	-	-	(103.434)	(35.518)
Participação de não controladores	-	-	(8.145)	(2.556)
	-	-	(111.579)	(38.074)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "IBH XX"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, foi constituída em 29 de julho de 2022 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades como sócia ou acionista, no país ou exterior. A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding 35 S.A. e como controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). **1.2 Participações societárias:** A Companhia detém 90% de participação direta na controlada Chapada Branca Holding, conforme demonstrado na tabela abaixo. Coletivamente, as sociedades aqui listadas são referidas como "Controladas", e, em conjunto com a Controladora, referidas como "Grupo".

Controladas	Sede	Atividade principal	%	Investidora	Controle
Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca")	São Paulo – SP	Holding	90	IBH 20	Direto
Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Chapada I")	São Paulo – SP	Holding	100	Chapada Branca	Indireto
Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Chapada II")	São Paulo – SP	Holding	100	Chapada Branca	Indireto
Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Chapada III")	São Paulo – SP	Holding	100	Chapada Branca	Indireto
Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca")	São Paulo – SP	Holding	100	Chapada Branca	Indireto
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IX")	Marcolândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana X")	Marcolândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XI")	Marcolândia, Padre Marcos – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XII")	Simões – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XIII")	Marcelândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XIV")	Marcelândia, Simões – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XV")	Marcolândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana XVI")	Marcolândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada I	Indireto
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana I")	Caldeirão Grande, Marcolândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada II	Indireto
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana II")	Caldeirão Grande – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada II	Indireto
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana III")	Marcelândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada II	Indireto
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IV")	Caldeirão Grande, Marcolândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada II	Indireto
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana V")	Caldeirão Grande, Marcolândia – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada II	Indireto
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana VI")	Caldeirão Grande – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada II	Indireto
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IV")	Caldeirão Grande – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada II	Indireto
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Augusto III")	Simões – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada III	Indireto
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Augusto V")	Simões – PI	Geração de energia EOL	100	Chapada III	Indireto
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca IV")	Parazinho – RN	Geração de energia EOL	100	Asa Branca	Indireto
Asa Branca V Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca V")	Parazinho – RN	Geração de energia EOL	100	Asa Branca	Indireto
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VI")	João Câmara – RN	Geração de energia EOL	100	Asa Branca	Indireto
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VII")	Parazinho – RN	Geração de energia EOL	100	Asa Branca	Indireto
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VIII")	Parazinho – RN	Geração de energia EOL	100	Asa Branca	Indireto

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos sócios da Controladora	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2024						
Aumento de capital	21	611.042	-	611.042	-	611.042
Prejuízo do exercício	-	-	(35.518)	(35.518)	(2.556)	(38.074)
Participação dos não controladores proveniente de aumento de capital	-	-	-	-	27.900	27.900
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócios	1.3	-	-	-	57.191	57.191
Saldos em 31 de dezembro de 2024		611.042	(35.518)	575.524	82.535	658.059
Aumento de capital	21	9.000	-	9.000	-	9.000
Prejuízo do exercício	-	-	(103.434)	(103.434)	(8.145)	(111.579)
Participação dos não controladores proveniente de aumento de capital	-	-	-	-	1.000	1.000
Saldos em 31 de dezembro de 2025		620.042	(138.952)	481.090	75.390	556.480

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social	(103.434)	(35.518)	(83.349)	(19.464)
Ajustes de receitas e despesas				
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(28.230)	-
Amortização e depreciação	23 e 24	-	150.037	65.603
Amortização de ativo de direito de uso	23 e 24	-	1.101	287
Baixa de ativo imobilizado	24	-	47.014	18.519
Resultado com participações societárias	12	73.306	22.999	-
Receita de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	(12.954)	-
Atualização financeira de outras contas a pagar	25	-	11.210	2.578
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	-	-	929	1.729
Atualização financeira de provisão de desmobilização	25	-	2.503	1.153
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	-	-	194.546	55.725
Provisão para contingência e atualizações	25	-	2.803	703
Provisão de juros – passivo de arrendamento	-	-	317	(114)
Juros, variações monetárias e amortização de custo – debêntures, empréstimo e financiamentos	25	30.023	11.361	152.558
Variações nos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	(1.551)	(4.411)
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	(3.267)	-
Tributos a recuperar	(7)	(43)	(18.029)	(2.134)
Estoques	-	-	(415)	1.890
Despesas antecipadas	-	-	5.928	(3.279)
Depósitos judiciais	-	-	(817)	(47)
Outras contas a receber	-	-	14.293	(14.821)
Variações nos passivos operacionais				
Fornecedores	(24)	23	(31.145)	14.392
Contas a pagar de partes relacionadas	-	-	(622)	8.846
Tributos e obrigações trabalhistas	-	-	24.455	5.435

continuação

com base no Laudo de Alocação de Preço de Aquisição ("PPA") definitivo, emitido em 30 de julho de 2025. Todos os valores justos de ativos identificáveis e passivos assumidos foram ajustados e apresentados conforme os requisitos do CPC 15 (R3) - Combinações de Negócios, substituindo quaisquer mensurações preliminares. A seguir demonstramos a composição do preço de aquisição

Table with columns: Preço de aquisição, Parcela da Total Controladora (90%), Ajuste do valor justo, Valor contábil, Valor justo. Includes rows for Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoques, etc.

1.4 Outorgas de geração: O Grupo possui outorgas de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia - MME conforme listadas abaixo.

Table with columns: SPE, Portaria MME, Término das outorgas, Capacidade instalada (MW), Energia assegurada MWh/Ano. Lists various power generation concessions.

1.5 Contratos de energia: (i) Asa Branca - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"): Em 26 de agosto de 2010, as companhias Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, conjuntamente referidas como "SPes Asa Branca" sagraram-se vencedoras do 2º Leilão de Energia de Fontes Alternativas ("LFA"), e assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade de disponibilidade de energia com as 14 distribuidoras participantes do referido leilão.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists wind power purchase agreements for Asa Branca IV through VIII.

(ii) Chapada I - Contratos de Energia de Reserva ("CER"): As companhias Santa Joana IX, Santa Joana X, Santa Joana XI, Santa Joana XII, Santa Joana XIII, Santa Joana XV, e Santa Joana XVI, conjuntamente denominadas "SPes Chapada I" firmaram Contratos de

Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

Energia de Reserva - CER, na modalidade quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") no 5º Leilão de Energia de Reserva promovido em 23 de agosto de 2013, em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), expostas no Edital de Leilão nº 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76. Pelo contrato em questão, as SPes Chapada I comprometeram-se a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2015 ao preço de R\$ 109,96 por MWh a serem atualizados anualmente pelo IPCA, sendo o preço médio dos CERs praticado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 216,14 por MWh.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists wind power purchase agreements for Santa Joana IX through XVI.

(iii) Chapada II - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"): As companhias Santa Joana I, Santa Joana III, Santa Joana IV, Santa Joana V, Santa Joana VII, e Santo Augusto IV, conjuntamente denominadas "SPes Chapada II" firmaram Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 empresas distribuidoras de energia elétrica no 17º Leilão de Energia Nova promovido em 18 de novembro de 2013. Pelos contratos em questão, as SPes Chapada II comprometeram-se a vender a totalidade de sua energia gerada às distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$ 132,56 por MWh, a serem atualizados anualmente pelo IPCA, sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2025 igual a R\$ 248,14 por MWh.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists wind power purchase agreements for Santa Joana I through Santo Augusto IV.

(iv) Chapada III - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"): As companhias Santo Augusto III e Santo Augusto V, conjuntamente denominadas "SPes Chapada III" firmaram Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 empresas distribuidoras de energia elétrica no 17º Leilão de Energia Nova promovido em 18 de novembro de 2013. Pelos contratos em questão, as SPes Chapada III comprometeram-se a vender a totalidade de sua energia gerada às distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$ 124,392 por MWh, a serem atualizados anualmente pelo IPCA, sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2025 igual a R\$ 245,62 por MWh.

Table with columns: Eólica, Volume PPA MWh/Ano, Início, Término. Lists wind power purchase agreements for Santo Augusto III and Santo Augusto V.

1.6 Contas de ressarcimento: A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. Os eventos de curtailment, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo. Tais eventos tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de agosto de 2023, quando ocorreu um apagão nacional afetando 25 estados e o Distrito Federal, e interrompendo cerca de 31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão.

contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. Ressarcimento quadrinial: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD médio do quadriênio na região Nordeste) sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O segundo quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027. (c) SPes Asa Branca: Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado valorado ao preço contratual vigente. O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. Caso a energia entregue seja superior ao percentual máximo contratual descrito abaixo, essa energia poderá ser negociada pelo vendedor no mercado livre: 30% (trinta por cento) no primeiro ano do quadriênio; 20% (vinte por cento) no segundo ano do quadriênio; 10% (dez por cento) no terceiro ano do quadriênio; 0% (zero por cento) no quarto ano do quadriênio; Ressarcimento quadrinial: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% e superior a 90% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento atualizado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O terceiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2025 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2029. 1.7 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025: (a) Integração de capital: No exercício de 2025, foram realizadas integrações de capital na Companhia no montante de R\$ 9.000. (b) Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos: Em 2025, segundo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 31.772, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR - Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica. 1.8 Situação financeira:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Reclatificado. Shows financial data for 31/12/25, 31/12/24, 31/12/23, 31/12/24.

Total do ativo circulante 728 857 562.460 478.458

Total do passivo circulante (198.162) (8.820) (1.424.025) (1.179.325)

Capital circulante líquido (197.434) (7.963) (861.565) (700.867)

O Capital Circulante Líquido (CCL) da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor negativo de R\$ 197.434 na controladora (comparado a R\$ 7.963 negativo em 31 de dezembro de 2024) e negativo de R\$ 861.565 no consolidado (comparado a R\$ 700.867 negativo em 31 de dezembro de 2024). A evolução positiva do CCL nos últimos doze meses decorre, principalmente, da reclassificação de obrigações de ressarcimento para o passivo de longo prazo, em razão do novo cronograma de pagamentos divulgado pela CCEE. Essa medida contribuiu para a melhoria da posição de curto prazo do Grupo. O CCL negativo no consolidado decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil da provisão de ressarcimento. Embora represente valores relevantes no passivo circulante, sua liquidação está contratualmente condicionada aos mecanismos previstos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), não configurando exigibilidade imediata e integral. Nos termos dos CCEAR, os ressarcimentos anuais e quadriênis são deduzidos do faturamento mensal do Grupo, estando sua execução limitada ao montante da receita bruta auferida no período. Dessa forma, a liquidação ocorre de maneira parcelada e condicionada ao faturamento mensal do Grupo, conforme previsto contratualmente, sendo realizada sucessivamente até a quitação integral dos valores devidos. Considerando a elevada previsibilidade do faturamento decorrente dos CCEAR, a Administração entende que o mecanismo contratual reduz o risco de pressão imediata sobre o fluxo de caixa. A Administração do Grupo acompanha de forma contínua a posição de caixa e as projeções de fluxo de caixa do Grupo para os próximos 12 meses, concluindo que a Companhia mantém nível de liquidez suficiente para honrar integralmente suas obrigações de curto prazo, bem como sustentar suas operações regulares, utilizando recursos provenientes de suas atividades operacionais ou, se necessário, por meio de aportes de capital pelos acionistas diretos. 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Base de elaboração e apresentação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas darem continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30.03.2026. 2.2 Principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.3 Adoção de normas contábeis - Novas e revisadas: Revisadas e vigentes:

Table with columns: Novas normas ou alterações, Alterações, Vigência. Shows changes in accounting standards.

A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Revisadas e não vigentes:

Table with columns: Normas, Alterações, Vigência. Shows changes in accounting standards.

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor. 2.4 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. 2.5 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações financeiras e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado. O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes. 2.5.1 Reclassificação das Cifras Comparativas: Para assegurar de comparabilidade com a apresentação adotada em 31 de dezembro de 2025, o saldo da dívida junto ao BNDES da controlada indireta Chapada I, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reclassificado do passivo não circulante para passivo circulante, na rubrica de "Debêntures, empréstimo e financiamentos" do balanço patrimonial consolidado (Nota Explicativa 16), sem efeitos no resultado do Grupo. Essa reclassificação decorre do fato de que, em 31 de dezembro de 2024, a controlada indireta não atendeu ao índice mínimo de cobertura da dívida (ICSD) previsto contratualmente e o waiver obtido junto ao BNDES estava condicionado, no caso da controlada indireta Chapada I, à inexistência de decretação de vencimento antecipado de suas debêntures, condição que não estava sob o controle da Companhia. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Balço patrimonial:				Consolidado	
	31/12/24	Reclassificações	31/12/24		
				(Reclassificado)	
Passivo e patrimônio líquido					
Fornecedores	41.838	-	41.838	-	
Debêntures, empréstimo e financiamentos	224.512	342.353	566.865	-	
Contas a pagar a partes relacionadas	8.854	-	8.854	-	
Tributos e obrigações trabalhistas	33.170	-	33.170	-	
Provisão de ressarcimento	479.199	-	479.199	-	
Passivo de arrendamento	171	-	171	-	
Liminar excludente de responsabilidade	34.434	-	34.434	-	
Outras contas a pagar	14.794	-	14.794	-	
Circulante	836.972	342.353	1.179.325		
Debêntures, empréstimo e financiamentos	1.093.093	(342.353)	750.740	-	
Provisão de ressarcimento	105.239	-	105.239	-	
Provisão para causas judiciais	2.962	-	2.962	-	
Provisão para desmobilização	22.076	-	22.076	-	
Outras contas a pagar	71.465	-	71.465	-	
Não circulante	1.294.835	(342.353)	952.482		
Total do passivo	2.131.807		2.131.807		
Capital social	611.042	-	611.042	-	
Prejuízos acumulados	(35.518)	-	(35.518)	-	
Patrimônio líquido atribuído aos sócios da controladora	575.524		575.524		
Participação dos não controladores	82.535		82.535		
Total do passivo e patrimônio líquido	2.789.866		2.789.866		

Controladora		31/12/25		31/12/24		31/12/25		31/12/24	
Total das Debêntures, empréstimo e financiamentos	16	189.366	159.343	1.244.910	1.317.605				
(-) caixa e equivalente de caixa	5	(678)	(814)	(419.865)	(350.813)				
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	6	-	-	(13.116)	(22.650)				
Dívida líquida		188.688	158.529	811.929	944.142				
Total do patrimônio líquido		481.090	575.524	556.480	658.059				
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		669.778	734.053	1.368.409	1.602.201				

Operação	Índice	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Impacto em Saldo	Redução de índice	Elevação de índice	Redução de índice	Elevação de índice	
Recursos em aplicações financeiras	CDI	13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%	
	IPCA	4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%	
Empréstimos e Financiamentos	CDI	673	90	68	113	45	136
		(189.970)	(25.534)	(19.150)	(31.917)	(12.767)	(38.301)

Operação	Índice	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Impacto em Saldo	Redução de índice	Elevação de índice	Redução de índice	Elevação de índice	
Recursos em aplicações financeiras	CDI	417.597	56.129	42.097	70.161	28.065	84.194
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas e conta corrente restrita	IPCA	110.867	4.490	3.368	5.613	2.245	6.735
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(189.970)	(25.534)	(19.150)	(31.917)	(12.767)	(38.301)
Debêntures	IPCA	(363.407)	(14.718)	(11.038)	(18.397)	(7.359)	(22.077)

Essas análises de cenário são elaboradas para os passivos financeiros que representam as posições mais relevantes sujeitas a encargos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de swap de taxa de juros. (ii) **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI, TJLP e IPCA. A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. A tabela mostra como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetadas pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração do Grupo: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%; (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento. Condizentes com as práticas das companhias do setor, o Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total das debêntures, empréstimo e financiamentos, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas a essas operações. O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

2.6 Conversão de moeda estrangeira: (a) **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. (b) **Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **2.7**

Uso de estimativas e julgamentos críticos: A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação; **Nota explicativa 14 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; **Nota explicativa 13 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, ativos imobilizados e ativos intangíveis, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (impairment) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de fluxo de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. **Nota explicativa 18 (a) – Provisão de ressarcimento sobre a receita:** Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionadas ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual. **Nota explicativa 18 (b) – Provisão para desmobilização:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente; **Nota explicativa 18 (c) – Provisão para causas judiciais:** O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos. **2.8 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que este deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da Controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **3 Gestão de risco: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: (a) risco de mercado, (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Total das Debêntures, empréstimo e financiamentos 16 189.366 159.343 1.244.910 1.317.605 (-) caixa e equivalente de caixa 5 (678) (814) (419.865) (350.813) (-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i) 6 - - (13.116) (22.650) **Dívida líquida** **188.688** **158.529** **811.929** **944.142** Total do patrimônio líquido 481.090 575.524 556.480 658.059 Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida) **669.778** **734.053** **1.368.409** **1.602.201**

Índice de alavancagem financeira – % **28%** **22%** **59%** **59%**

(i) Para o cálculo da dívida líquida, apenas os itens (III) e (VI) da nota 6 são deduzidos, pois são as contas que podem ser movimentadas a partir da rubrica de depósitos vinculados a debêntures e financiamentos. **3.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório:** As atividades do Grupo, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações do Grupo. O risco de curtailment no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), mesmo que haja recurso natural disponível para geração, causado por excesso de produção e/ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamento do sistema de transmissão. Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023. Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **(c) Mudanças climáticas:** Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **(d) Riscos de liquidação das debêntures, financiamentos e ressarcimentos:** O Grupo não tem gerado energia em volume suficiente para atingir os montantes acordados em seus respectivos CER e CCEAR, majoritariamente em razão das restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") aos geradores (curtailment). Consequentemente, observou-se o descumprimento de covenants nos complexos de Chapadas, decorrente do não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) definido nos contratos de financiamento com o BNDES e na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures (nota explicativa 16), desde a operacionalização dos projetos. Tal situação exigiu, anualmente, a aprovação de waiver por parte dos referidos credores. Não obstante, o Grupo dispõe de caixa reforçada em decorrência dos aportes significativos realizados na Chapada I, Chapada II e Chapada III, entre julho e setembro de 2024, no montante total de R\$ 269.000, em razão da aquisição dos ativos eólicos pelos novos acionistas. Em 2025, a CCEE retomou os descontos dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CER e CCEAR, referentes ao período de outubro de 2021 a outubro de 2022, cujo cronograma foi concluído em dezembro de 2025. O Grupo aguarda a divulgação de novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado a ser descontado nos próximos 12 meses é de R\$ 634.145, o que deverá impactar de forma relevante os recebimentos provenientes de CER e CCEAR. **(e) Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo identificou indicativos de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos conforme detalhado na nota explicativa nº 13 ("Imobilizado"). **4 Instrumentos financeiros por categoria: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (IPCA), Empréstimo (CDI) e Financiamentos (TJLP)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Debêntures, Empréstimo, Financiamentos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado: (i) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas. O Grupo possui contratos de financiamento indexados à TJLP, empréstimo atrelados à variação do DI e debêntures atualizadas monetariamente pelo IPCA. Tal exposição a taxas variáveis representa um risco de fluxo de caixa para o Grupo. Com o intuito de gerir a liquidez em moeda funcional, a Administração monitora periodicamente sua exposição a esses indexadores e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco, considerando as perspectivas macroeconômicas. Com base em variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros, o Grupo mensura o impacto potencial no resultado.



continuação

Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (d) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. (e) Impairment de ativos financeiros: O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. (f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros: Os ativos financeiros a custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados a custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros a custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Ativos conforme o balanço patrimonial (Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, etc.) and Passivo conforme o balanço patrimonial (Debêntures, empréstimo e financiamentos, Contas a pagar a partes, etc.).

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atreladas à taxa DI, remuneradas a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata. Conta correte restrita: Contas correntes de titularidade das controladoras indiretas da Companhia Chapada II, Chapada III e ASA Branca, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receber os recursos, com o objetivo de realizar o pagamento dos serviços da dívida decorrentes dos instrumentos de financiamento. O saldo dessas contas em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 13.172 (R\$ 2.965 em 31 de dezembro de 2024). 6 Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas: As aplicações financeiras vinculadas são exigidas pelos contratos de financiamento, pela escritura das debêntures são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES: Contas correntes de titularidade das Chapada I, Chapada II e Chapada III, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas. (ii) Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures: Conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável, constituída em benefício do Agente Fiduciário, para as quais são transferidos da conta centralizadora, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura, que deverá ser preenchida com 6 (seis) meses de antecedência ao seu efetivo pagamento, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e juros da dívida decorrentes do referido contrato. (iii) Conta de Pagamento das Debêntures: Conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável, cujo saldo deverá perfazer o valor correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura a ser preenchida mensalmente, com o valor equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de principal e juros, fiduciário. (iv) Conta Reserva de O&M: Contas correntes de titularidade da Chapada I, Chapada II e Chapada III, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a 1/4 (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciarem-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a 1/4 (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente. (v) Conta Reserva de Complementação do ICSD - Debêntures: Conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Chapada I poderá depositar na conta de complementação do ICSD, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da referida data de apuração. (vi) Conta Vinculada: Conta corrente de titularidade da ASA Branca Holding, não movimentável, constituída em benefício dos debenturistas, na qual deverá ser depositada a totalidade dos montantes equivalentes aos direitos e rendimentos das ações alienadas no âmbito das debêntures da 1ª emissão, além de servir de conta de complementação do ICSD. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (inclusive), a ASA Branca Holding poderá depositar na conta de vinculada, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando os recursos ora depositados na conta vinculada, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos). Por fim, a conta vinculada é a conta por meio da qual os pagamentos relativos aos juros remuneratórios e às amortizações das debêntures são realizados. (vii) Conta Centralizadora: Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento. Os montantes das contas supracitadas são aplicados em

Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

fundos de investimentos pelo banco administrador. Composição: Consolidado 31/12/25 31/12/24. Circulante: Conta Centralizadora 7.240, Não Circulante: Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES 42.984, Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures 14.674, Conta de Pagamento das Debêntures 5.876, Conta Reserva de O&M 13.621, Conta Reserva de Complementação do ICSD - Debêntures 13.301, Conta Centralizadora -, Conta Vinculada -. 7 Contas a receber: Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo: Composição: Contas a receber de clientes 63.639, (-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa 62.133, A vencer 63.639, Vencidos há mais de 360 dias 62.133.

8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, suas coligadas, controladas e acionistas. Essas operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo celebra contratos com partes relacionadas, conforme as transações apresentadas no quadro a seguir. Composição: 31/12/25 31/12/24. Ativo 3.120, Passivo 8.232, Ativo 3.120, Passivo 8.232.

Empresas: Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. 7, Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. 15, Bahia PCH I S.A. 15, Rio PCH I S.A. 24, Goiás Sul Geração de Energia S.A. 29, Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. 41, Sol do Sertão OBI Energia Solar S.A. 20, Invenery Serviços Brasil Ltda. 4. Natureza - custos e despesas compartilhados: 155, Invenery Serviços Brasil Ltda. 3.120, Natureza - outras a receber: 8.232, Invenery Serviços Brasil Ltda. 8.232, Natureza - fornecedores: 8.232, Infraestrutura Brasil Holding I S.A. 125, Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. 8, Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. 62, Natureza - outras contas a pagar: 195, Total: 3.275, 8.232, 8, 8.854.

Compartilhamento de custos e despesas: Em 31 de dezembro 2025, o Grupo mantém contratos de compartilhamento de custos com partes relacionadas, a saber: (i) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas: As subsidiárias das controladoras indiretas da Companhia mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas. Esses contratos têm por objeto o rateio, entre as empresas, dos custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, desde que tais gastos gerem benefícios para as partes envolvidas. (ii) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Asa Branca: As subsidiárias das controladoras indiretas da Companhia mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas. Esses contratos têm por objeto compartilhar entre as empresas os custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas. (iii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP: A controladora da Companhia Chapada Branca Holding S.A. mantêm contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes. (iv) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN: Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca Holding S.A. mantêm contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias. O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. Fornecedores: O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora da Companhia Chapada Branca. Outras contas a receber: O saldo de outras contas a receber decorre do mecanismo de garantia de disponibilidade previsto no contrato de operação e manutenção. Quando a disponibilidade dos parques fica abaixo do nível garantido, a prestadora de serviços deve pagar valores compensatórios à Companhia. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.432. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu despesas no valor de R\$ 304 referentes ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP), destinado à alta administração. Esse incentivo tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas. 9 Tributos a recuperar: Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Composição: Controladora Consolidado 31/12/25 31/12/24 31/12/25 31/12/24. Circulante: PIS/COFINS sobre ressarcimento (i) -, PIS/COFINS -, Antecipação de IRPJ e CSLL -, IRRF sobre aplicações financeiras 4, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte -, ISS -, Outros tributos a recuperar -, Não Circulante: PIS/COFINS sobre ressarcimento (i) -, PIS, COFINS sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. 10 Estoques: Política contábil: Os estoques são compostos predominantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas. Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 12.805 (R\$ 12.390 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. 11 Tributos diferidos: Política contábil: Os tributos

diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas do Grupo, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadriênicos dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia. Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. Composição: Consolidado 31/12/25 31/12/24. Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento: IRPJ e CSLL 18.702, Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses: 18.702, IRPJ e CSLL 4.312, Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses: 4.312.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos é de R\$ 3.519. 12 Investimentos: Política contábil: Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de intervir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente. Composição: A composição apresentada abaixo refere-se aos 100% da controlada Chapada Branca. A participação da companhia (90%) é detalhada no quadro de movimentação. Chapada Branca 31/12/25 31/12/24. Saldos em 01 de janeiro: 773.341, Prejuízo do exercício (63.178), Aquisição de investimento -, Aumento de capital 10.000, Subtotal em 31 de dezembro de 2024: 720.163, Mais valia 52.024, Mais valia - realização (18.273), Subtotal em 31 de dezembro de 2024: 33.751, Saldos em 31 de dezembro de 2025: 753.914.

Participação acionária: Saldos em 01 de janeiro: 696.008, Equivalência patrimonial (56.860), Aquisição de investimento -, Aumento de capital 9.000, Subtotal em 31 de dezembro de 2024: 648.148, Mais valia 46.822, Mais valia - realização (16.446), Subtotal em 31 de dezembro de 2024: 30.376, Saldos em 31 de dezembro de 2025: 678.524. Resumo das informações financeiras das controladas: Chapada Branca 31/12/25 31/12/25. Ativo circulante: 561.730, Ativo não circulante: 2.160.452, Passivo circulante: 1.225.862, Passivo não circulante: 776.157, Patrimônio Líquido: 720.163, Demonstração do resultado: (63.178).

Transações com não controladores: A controladora da Companhia, Chapada Branca, possui acionistas minoritários com participação de 10%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os acionistas minoritários efetuaram integralização de capital no montante de R\$ 1.000 (R\$ 27.900 e em 31 de dezembro de 2024). O prejuízo atribuído a esses acionistas foi de R\$ 8.145 (R\$ 2.556 e em 31 de dezembro de 2024). 13 Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As controladas reconhecem uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 18 (c)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A regulamentação da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos e (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização. Teste de redução ao valor recuperável: O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de impairment, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada de indicadores de desvalorização (impairment), fundamentada em fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36. Para fins de teste de recuperabilidade, a Administração definiu que os ativos do Grupo são agrupados em duas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs): o Complexo Chapadas - composto pelas SPEs Chapada I, Chapada II e Chapada III e o Complexo Asa Branca composto pelas SPEs de Asa Branca. Essa classificação fundamenta-se na localização geográfica comum, nas sinergias operacionais e na centralização das decisões estratégicas de cada complexo, os quais são geridos e monitorados como unidades de negócio independentes, refletindo a mútua interdependência operacional e financeira das respectivas SPEs que os integram. Foram identificados indicativos de impairment no complexo de Asa Branca, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de curtailment que afetam o complexo e não estão sob controle da administração. O curtailment é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados. O curtailment é um evento que atinge grande parte das usinas solares e eólicas da região nordeste e que está na pauta dos principais órgãos do setor elétrico para discussão de medidas e soluções que possam diminuir os impactos aos agentes do setor, sendo esse tema acompanhado de perto pela administração do Grupo para a tomada de ações necessárias para reduzir os impactos nos ativos. Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingirem esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. Os testes de impairment foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF). As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do Complexo Asa Branca foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026. ICP Brasil logo. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.																																																																																																																																																																																																																																																																													
Movimentação:					Movimentação:																																																																																																																																																																																																																																																																								
Consolidado					Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																								
Passivo circulante		Passivo não circulante			31/12/25		31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																						
Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldos em 01 de janeiro de 2024																																																																																																																																																																																																																																																																													
Adições por aquisição de investimento (i)	175.080	245.864	420.944	117.863	117.863	22.076	23.434	22.076	23.434																																																																																																																																																																																																																																																																				
Pagamento	15.621	9.683	25.304	33.326	33.326	1.450	(2.511)	1.450	(2.511)																																																																																																																																																																																																																																																																				
Atualização financeira	-	(19.777)	(19.777)	-	-	2.503	1.153	2.503	1.153																																																																																																																																																																																																																																																																				
Transferência	(62.856)	108.806	45.950	(45.950)	(45.950)	26.029	22.076	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																																				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.845	351.354	479.199	105.239	105.239																																																																																																																																																																																																																																																																								
Provisão	143.156	-	143.156	34.602	34.602																																																																																																																																																																																																																																																																								
Pagamento	-	(31.772)	(31.772)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																								
Atualização financeira	-	16.788	16.788	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																								
Transferência	(103.562)	130.336	26.774	(26.774)	(26.774)																																																																																																																																																																																																																																																																								
Saldos em 31 de dezembro de 2025	167.439	466.706	634.145	113.067	113.067																																																																																																																																																																																																																																																																								
<p>(i) Em 30 de junho de 2024 a controlada direta da Companhia finalizou a aquisição da empresa Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas. Vide nota explicativa 1.3. (b) Provisão para desmobilização de ativos: A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecológica e compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas indiretas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou temporalidades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico. O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas indiretas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas indiretas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional - Série B ("NTNB") mais PCA de 10,66% ao ano em 2025 (11,36% em 2024) para Chapadas e 10,67% ao ano em 2025 (11,30% em 2024) para Asa Branca ao ano. Composição:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Consolidado</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Desmobilização</td> <td>26.029</td> <td>22.076</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>26.029</td> <td>22.076</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado	Consolidado		31/12/25	31/12/24	Desmobilização	26.029	22.076	Total	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																								
	Consolidado	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																											
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Desmobilização	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	26.029	22.076																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue: O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="6">13/12/2025</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Trabalhistas</th> <th>Cíveis</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> <th>Ambientais</th> <th>Trabalhistas</th> <th>Cíveis</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Asa Branca IV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>521</td> <td>521</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>438</td> <td>438</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca V</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>93</td> <td>93</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>61</td> <td>61</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>140</td> <td>140</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>92</td> <td>92</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>233</td> <td>233</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>153</td> <td>153</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>233</td> <td>233</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>153</td> <td>153</td> </tr> <tr> <td>Chapada Branca Holding</td> <td>155</td> <td>-</td> <td>155</td> <td>-</td> <td>69</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>69</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana I</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>25</td> <td>25</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>19</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana II</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>37</td> <td>37</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>28</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana III</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>26</td> <td>37</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>23</td> <td>28</td> <td>51</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana IV</td> <td>8</td> <td>87</td> <td>4</td> <td>99</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6</td> <td>4</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana V</td> <td>2</td> <td>21</td> <td>4</td> <td>27</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana VI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana VII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana VIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>30</td> <td>30</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>21</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana IX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>112</td> <td>112</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>76</td> <td>76</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>112</td> <td>112</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>76</td> <td>76</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>41</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>689</td> <td>65</td> <td>754</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>622</td> <td>46</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>47</td> <td>47</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>33</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>5</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVI</td> <td>7</td> <td>86</td> <td>5</td> <td>98</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1</td> <td>4</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2</td> <td>32</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>24</td> <td>24</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>172</td> <td>911</td> <td>1.744</td> <td>2.827</td> <td>5</td> <td>69</td> <td>652</td> <td>1.284</td> <td>2.010</td> </tr> </tbody> </table>											13/12/2025						Consolidado				Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Asa Branca IV	-	-	521	521	-	-	-	438	438	Asa Branca V	-	-	93	93	-	-	-	61	61	Asa Branca VI	-	-	140	140	-	-	-	92	92	Asa Branca VII	-	-	233	233	-	-	-	153	153	Asa Branca VIII	-	-	233	233	-	-	-	153	153	Chapada Branca Holding	155	-	155	-	69	-	-	-	69	Ventos de Santa Joana I	-	-	25	25	-	-	-	19	19	Ventos de Santa Joana II	-	-	37	37	-	-	-	28	28	Ventos de Santa Joana III	-	-	26	37	-	-	23	28	51	Ventos de Santa Joana IV	8	87	4	99	-	-	6	4	10	Ventos de Santa Joana V	2	21	4	27	-	-	-	4	4	Ventos de Santa Joana VI	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana VII	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana VIII	-	-	30	30	-	-	-	21	21	Ventos de Santa Joana IX	-	-	112	112	-	-	-	76	76	Ventos de Santa Joana X	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana XI	-	-	112	112	-	-	-	76	76	Ventos de Santa Joana XII	-	-	41	41	-	-	-	32	32	Ventos de Santa Joana XIII	-	-	689	65	754	5	-	622	46	Ventos de Santa Joana XIV	-	-	47	47	-	-	-	33	33	Ventos de Santa Joana XV	-	-	5	5	-	-	-	4	4	Ventos de Santa Joana XVI	7	86	5	98	-	-	1	4	5	Ventos de Santa Joana XVII	-	-	2	32	-	-	-	24	24	Total	172	911	1.744	2.827	5	69	652	1.284	2.010
	13/12/2025						Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																						
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca IV	-	-	521	521	-	-	-	438	438																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca V	-	-	93	93	-	-	-	61	61																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VI	-	-	140	140	-	-	-	92	92																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VII	-	-	233	233	-	-	-	153	153																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VIII	-	-	233	233	-	-	-	153	153																																																																																																																																																																																																																																																																				
Chapada Branca Holding	155	-	155	-	69	-	-	-	69																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana I	-	-	25	25	-	-	-	19	19																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana II	-	-	37	37	-	-	-	28	28																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana III	-	-	26	37	-	-	23	28	51																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana IV	8	87	4	99	-	-	6	4	10																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana V	2	21	4	27	-	-	-	4	4																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana VI	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana VII	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana VIII	-	-	30	30	-	-	-	21	21																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana IX	-	-	112	112	-	-	-	76	76																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana X	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XI	-	-	112	112	-	-	-	76	76																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XII	-	-	41	41	-	-	-	32	32																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIII	-	-	689	65	754	5	-	622	46																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIV	-	-	47	47	-	-	-	33	33																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XV	-	-	5	5	-	-	-	4	4																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVI	7	86	5	98	-	-	1	4	5																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVII	-	-	2	32	-	-	-	24	24																																																																																																																																																																																																																																																																				
Total	172	911	1.744	2.827	5	69	652	1.284	2.010																																																																																																																																																																																																																																																																				
<p>(iii) Composição causas possíveis:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="7">31/12/25</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Ambientais</th> <th>Cíveis</th> <th>Regulatório</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> <th>Ambientais</th> <th>Cíveis</th> <th>Tributários</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Asa Branca IV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca V</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>10</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Asa Branca VIII</td> <td>10</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>189</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana IX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>919</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.089</td> <td>6.089</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIV</td> <td>-</td> <td>1.350</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>1.529</td> <td>11</td> <td>1.290</td> <td>95</td> <td>1.396</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XV</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>836</td> <td>836</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.356</td> <td>32</td> <td>4.388</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>364</td> <td>543</td> <td>-</td> <td>4.261</td> <td>32</td> <td>4.293</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XVIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.273</td> <td>32</td> <td>4.305</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XIX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>9</td> <td>4.347</td> <td>32</td> <td>4.388</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XX</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.345</td> <td>32</td> <td>4.377</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XXI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>2.074</td> <td>4.263</td> <td>32</td> <td>6.369</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XXII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.261</td> <td>-</td> <td>4.261</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Joana XXIII</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>179</td> <td>-</td> <td>4.261</td> <td>-</td> <td>4.261</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>10</td> <td>1.630</td> <td>3.570</td> <td>1.822</td> <td>7.033</td> <td>2.104</td> <td>35.657</td> <td>9.281</td> <td>47.042</td> </tr> </tbody> </table>											31/12/25							Consolidado				Ambientais	Cíveis	Regulatório	Tributários	Total	Ambientais	Cíveis	Tributários	Total	Asa Branca IV	-	-	179	-	179	-	-	-	230	Asa Branca V	-	-	179	-	179	-	-	-	230	Asa Branca VI	-	-	179	-	179	-	-	-	230	Asa Branca VII	-	-	179	-	179	10	-	-	230	Asa Branca VIII	10	-	179	-	189	-	-	-	230	Ventos de Santa Joana IX	-	-	179	364	543	-	-	-	919	Ventos de Santa Joana X	-	-	179	364	543	-	-	-	-	Ventos de Santa Joana XI	-	-	179	364	543	-	-	-	-	Ventos de Santa Joana XII	-	-	179	-	179	-	-	6.089	6.089	Ventos de Santa Joana XIII	-	-	179	-	179	-	-	-	-	Ventos de Santa Joana XIV	-	1.350	179	-	1.529	11	1.290	95	1.396	Ventos de Santa Joana XV	-	-	179	364	543	-	-	836	836	Ventos de Santa Joana XVI	-	-	179	-	179	-	4.356	32	4.388	Ventos de Santa Joana XVII	-	-	179	364	543	-	4.261	32	4.293	Ventos de Santa Joana XVIII	-	-	179	-	179	-	4.273	32	4.305	Ventos de Santa Joana XIX	-	-	179	-	179	9	4.347	32	4.388	Ventos de Santa Joana XX	-	-	179	-	179	-	4.345	32	4.377	Ventos de Santa Joana XXI	-	-	179	-	179	2.074	4.263	32	6.369	Ventos de Santa Joana XXII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261	Ventos de Santa Joana XXIII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261	Total	10	1.630	3.570	1.822	7.033	2.104	35.657	9.281	47.042																													
	31/12/25							Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																					
	Ambientais	Cíveis	Regulatório	Tributários	Total	Ambientais	Cíveis	Tributários	Total																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca IV	-	-	179	-	179	-	-	-	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca V	-	-	179	-	179	-	-	-	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VI	-	-	179	-	179	-	-	-	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VII	-	-	179	-	179	10	-	-	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Asa Branca VIII	10	-	179	-	189	-	-	-	230																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana IX	-	-	179	364	543	-	-	-	919																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana X	-	-	179	364	543	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XI	-	-	179	364	543	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XII	-	-	179	-	179	-	-	6.089	6.089																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIII	-	-	179	-	179	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIV	-	1.350	179	-	1.529	11	1.290	95	1.396																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XV	-	-	179	364	543	-	-	836	836																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVI	-	-	179	-	179	-	4.356	32	4.388																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVII	-	-	179	364	543	-	4.261	32	4.293																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XVIII	-	-	179	-	179	-	4.273	32	4.305																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XIX	-	-	179	-	179	9	4.347	32	4.388																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XX	-	-	179	-	179	-	4.345	32	4.377																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XXI	-	-	179	-	179	2.074	4.263	32	6.369																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XXII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261																																																																																																																																																																																																																																																																				
Ventos de Santa Joana XXIII	-	-	179	-	179	-	4.261	-	4.261																																																																																																																																																																																																																																																																				
Total	10	1.630	3.570	1.822	7.033	2.104	35.657	9.281	47.042																																																																																																																																																																																																																																																																				
<p>19 Liminar excluyente de responsabilidade: Política contábil: Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, o Grupo através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizado em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excluyentes de responsabilidade do Grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: embargo legal realizado por órgão ambiental incompetente - ICMBio; queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo. As contas a pagar foram calculadas com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o período pré-operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. As contas a pagar estão reconhecidas no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável ao Grupo. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica à época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPm - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Composição:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Consolidado</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Liminar excluyente de responsabilidade</td> <td>35.363</td> <td>34.434</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>35.363</td> <td>34.434</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado	Consolidado		31/12/25	31/12/24	Liminar excluyente de responsabilidade	35.363	34.434	Total	35.363	34.434																																																																																																																																																																																																																																																								
	Consolidado	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																											
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Liminar excluyente de responsabilidade	35.363	34.434																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	35.363	34.434																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>Circulante</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Consolidado</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)</td> <td>11.035</td> <td>5.998</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar a antigos acionistas</td> <td>8.797</td> <td>8.796</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>19.832</td> <td>14.794</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado	Consolidado		31/12/25	31/12/24	Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)	11.035	5.998	Contas a pagar a antigos acionistas	8.797	8.796	Total	19.832	14.794																																																																																																																																																																																																																																																					
	Consolidado	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																											
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)	11.035	5.998																																																																																																																																																																																																																																																																											
Contas a pagar a antigos acionistas	8.797	8.796																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	19.832	14.794																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>Não circulante</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Consolidado</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)</td> <td>65.390</td> <td>71.465</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>65.390</td> <td>71.465</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado	Consolidado		31/12/25	31/12/24	Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)	65.390	71.465	Total	65.390	71.465																																																																																																																																																																																																																																																								
	Consolidado	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																											
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição de participação acionária Chapada I e II (i)	65.390	71.465																																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	65.390	71.465																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>Total</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Consolidado</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(i) Representa obrigações financeiras decorrentes de parcela variável de preço (earn-out) prevista em acordo firmado quando da aquisição de participações societárias nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) dos Complexos Chapada do Piauí I e II. Esse</td> <td>85.229</td> <td>86.259</td> </tr> </tbody> </table>											Consolidado	Consolidado		31/12/25	31/12/24	(i) Representa obrigações financeiras decorrentes de parcela variável de preço (earn-out) prevista em acordo firmado quando da aquisição de participações societárias nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) dos Complexos Chapada do Piauí I e II. Esse	85.229	86.259																																																																																																																																																																																																																																																											
	Consolidado	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																											
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																																																																																											
(i) Representa obrigações financeiras decorrentes de parcela variável de preço (earn-out) prevista em acordo firmado quando da aquisição de participações societárias nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) dos Complexos Chapada do Piauí I e II. Esse	85.229	86.259																																																																																																																																																																																																																																																																											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.																																																																																							
		Passivo não circulante		Passivo não circulante		Consolidado																																																																																	
		Passivo circulante		Passivo não circulante		31/12/25		31/12/24																																																																															
		Aquisição de participação antiga acionária		Aquisição de participação antiga acionária																																																																																			
		Contas a pagar a acionistas Chapada		Contas a pagar a acionistas Chapada																																																																																			
		Total		Total																																																																																			
<p>acordo estabeleceu pagamentos futuros vinculados ao montante equivalente a 3,57% do faturamento líquido de cada um dos complexos, conforme critérios e condições contratuais definidos no instrumento original (e eventuais aditivos), os quais serão liquidados até o prazo final da vigência dos contratos de PPA, sendo agosto de 2035 para Chapada I e dezembro de 2035 para Chapada II. Movimentação:</p>																																																																																							
<p>Saldos em 01 de janeiro de 2024</p>																																																																																							
<p>Adições por aquisição de investimento (i) 3.419 - 3.419 77.883 - 77.883</p>																																																																																							
<p>Provisão 8.797 - 8.797 - - -</p>																																																																																							
<p>Pagamento (6.418) - (6.418) - - -</p>																																																																																							
<p>Atualização ao valor presente 2.578 - 2.578 - - -</p>																																																																																							
<p>Transferência 6.418 - 6.418 (6.418) - (6.418)</p>																																																																																							
<p>Saldos em 31 de dezembro de 2024 14.794 - 14.794 71.465 - 71.465</p>																																																																																							
<p>Pagamento - (12.247) (12.247) - - -</p>																																																																																							
<p>Atualização ao valor presente - 11.210 11.210 - - -</p>																																																																																							
<p>Transferência (5.997) 12.072 6.075 (71.465) 65.390 (6.075)</p>																																																																																							
<p>Saldos em 31 de dezembro de 2025 8.797 11.035 19.832 - 65.390 65.390</p>																																																																																							
<p>(i) Em 30 de junho de 2024 a controladora direta da Companhia finalizou a aquisição da empresa Chapada Branca Holding S.A. e suas controladas. Vide nota explicativa 1.3. 21 Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia totalizava R\$ 1.113.300 (R\$ 1.113.300 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.113.300.400 ações (1.113.000.400 em 31 de dezembro de 2024). Desse montante, R\$ 642.286 (R\$ 611.042 em 31 de dezembro de 2024), correspondentes a 642.286.114 ações (611.041.749 em 31 de dezembro de 2024), encontram-se totalmente subscritos e integralizados. O saldo remanescente, de R\$ 527.714, correspondente a 527.714.286 ações, permanece a integralizar. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2024, o capital social será aportado em até sete anos, contados a partir da data da referida Assembleia. O Grupo não possui ações autorizadas. Abaixo segue a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31 de dezembro de 2025</th> <th colspan="2">31 de dezembro de 2024</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Quantidade de ações</th> <th>Capital social integralizado</th> <th>Quantidade de ações</th> <th>Capital social integralizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Acionistas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Infraestrutura Brasil Holding 35 S.A.</td> <td>100</td> <td>642.286.114</td> <td>620.042</td> <td>611.041.749</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> <td>642.286.114</td> <td></td> <td>620.042</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>611.041.749</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>611.042</td> </tr> </tbody> </table>												31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024				Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado	Acionistas						Infraestrutura Brasil Holding 35 S.A.		100	642.286.114	620.042	611.041.749				642.286.114		620.042						611.041.749						611.042																																				
		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024																																																																																			
		Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado																																																																																		
Acionistas																																																																																							
Infraestrutura Brasil Holding 35 S.A.		100	642.286.114	620.042	611.041.749																																																																																		
			642.286.114		620.042																																																																																		
					611.041.749																																																																																		
					611.042																																																																																		
<p>No decorrer do exercício de 2025, foram realizadas as seguintes integrações de capital:</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>05/05/2025</td> <td>3.000</td> </tr> <tr> <td>23/07/2025</td> <td>3.000</td> </tr> <tr> <td>25/11/2025</td> <td>3.000</td> </tr> <tr> <td></td> <td>9.000</td> </tr> </tbody> </table>										Data	Valor	05/05/2025	3.000	23/07/2025	3.000	25/11/2025	3.000		9.000																																																																				
Data	Valor																																																																																						
05/05/2025	3.000																																																																																						
23/07/2025	3.000																																																																																						
25/11/2025	3.000																																																																																						
	9.000																																																																																						
<p>22 Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas indiretas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>MWh</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Receita com contrato de energia (CCEAR e CER)</td> <td>2.485.212</td> <td>616.400</td> </tr> <tr> <td colspan="2">(-) Provisão de ressarcimento</td> <td>-</td> <td>(177.758)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Receita bruta mercado regulado</td> <td></td> <td>438.642</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Venda de energia no mercado bilateral</td> <td>5.892</td> <td>287</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Venda de energia partes relacionadas</td> <td>17.709</td> <td>10.406</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Compensação CCEE</td> <td>-</td> <td>346</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Receita bruta mercado livre</td> <td></td> <td>11.039</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total receita bruta</td> <td></td> <td>449.681</td> </tr> <tr> <td colspan="2">(-) Impostos sobre vendas</td> <td>-</td> <td>(16.410)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">(-) TFSEE</td> <td>-</td> <td>(2.589)</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> <td>430.682</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> <td>241.374</td> </tr> </tbody> </table>												Consolidado				31/12/25	31/12/24			MWh	Valor	Receita com contrato de energia (CCEAR e CER)		2.485.212	616.400	(-) Provisão de ressarcimento		-	(177.758)	Receita bruta mercado regulado			438.642	Venda de energia no mercado bilateral		5.892	287	Venda de energia partes relacionadas		17.709	10.406	Compensação CCEE		-	346	Receita bruta mercado livre			11.039	Total receita bruta			449.681	(-) Impostos sobre vendas		-	(16.410)	(-) TFSEE		-	(2.589)				430.682				241.374																		
		Consolidado																																																																																					
		31/12/25	31/12/24																																																																																				
		MWh	Valor																																																																																				
Receita com contrato de energia (CCEAR e CER)		2.485.212	616.400																																																																																				
(-) Provisão de ressarcimento		-	(177.758)																																																																																				
Receita bruta mercado regulado			438.642																																																																																				
Venda de energia no mercado bilateral		5.892	287																																																																																				
Venda de energia partes relacionadas		17.709	10.406																																																																																				
Compensação CCEE		-	346																																																																																				
Receita bruta mercado livre			11.039																																																																																				
Total receita bruta			449.681																																																																																				
(-) Impostos sobre vendas		-	(16.410)																																																																																				
(-) TFSEE		-	(2.589)																																																																																				
			430.682																																																																																				
			241.374																																																																																				
<p>23 Custo do serviço de energia elétrica:</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Energia elétrica comprada para revenda (i)</td> <td>(11.058)</td> <td>(3.953)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão</td> <td>(29.384)</td> <td>(15.462)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Custo de operação (a)</td> <td>(265.960)</td> <td>(125.940)</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>(306.402)</td> <td>(145.355)</td> </tr> </tbody> </table>												Consolidado				31/12/25	31/12/24	Energia elétrica comprada para revenda (i)		(11.058)	(3.953)	Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão		(29.384)	(15.462)	Custo de operação (a)		(265.960)	(125.940)			(306.402)	(145.355)																																																						
		Consolidado																																																																																					
		31/12/25	31/12/24																																																																																				
Energia elétrica comprada para revenda (i)		(11.058)	(3.953)																																																																																				
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão		(29.384)	(15.462)																																																																																				
Custo de operação (a)		(265.960)	(125.940)																																																																																				
		(306.402)	(145.355)																																																																																				
<p>(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (i) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; (ii) reposição do lastro da média móvel de 12 meses. (a) Custo de operação:</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Pessoal</td> <td>(11.496)</td> <td>(4.124)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Operação e Manutenções (i)</td> <td>(77.054)</td> <td>(7.108)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Materiais, serviços de terceiros e outros (ii)</td> <td>(21.568)</td> <td>(57.943)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Gestão ambiental (iii)</td> <td>(2.309)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Aluguel (iii)</td> <td>(9.280)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Seguro (iv)</td> <td>(6.035)</td> <td>(69)</td> </tr> </tbody> </table>												Consolidado				31/12/25	31/12/24	Pessoal		(11.496)	(4.124)	Operação e Manutenções (i)		(77.054)	(7.108)	Materiais, serviços de terceiros e outros (ii)		(21.568)	(57.943)	Gestão ambiental (iii)		(2.309)	-	Aluguel (iii)		(9.280)	-	Seguro (iv)		(6.035)	(69)																																														
		Consolidado																																																																																					
		31/12/25	31/12/24																																																																																				
Pessoal		(11.496)	(4.124)																																																																																				
Operação e Manutenções (i)		(77.054)	(7.108)																																																																																				
Materiais, serviços de terceiros e outros (ii)		(21.568)	(57.943)																																																																																				
Gestão ambiental (iii)		(2.309)	-																																																																																				
Aluguel (iii)		(9.280)	-																																																																																				
Seguro (iv)		(6.035)	(69)																																																																																				
<p>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</p>																																																																																							
<p>Aos Administradores e Acionistas da Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Teste de Redução ao Valor recuperável: Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações financeiras ativos não financeiros, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso. A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração e</p>																																																																																							
<p>por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa, este assunto, poder impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros disponibilizados. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados. Quando aplicável, a avaliação foi realizada com base em premissas contratuais e, também comparação com premissas de mercado; - Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. Reconhecimento de Receita com Energia: Veja a Nota 22 das demonstrações financeiras. Principais assuntos de auditoria: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita com Energia no montante de R\$ 430.682 mil, conforme divulgado na nota explicativa 22 as demonstrações financeiras consolidadas. As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação das políticas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; - Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. - Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as</p>																																																																																							
<p>contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e - Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 2.5.1 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de Março de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre eles. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter</p>																																																																																							
<p>de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social. Nas demais controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social</td> <td>(103.434)</td> <td>(35.518)</td> <td>(83.349)</td> <td>(19.464)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Alíquota vigente</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</td> <td>35.168</td> <td>12.076</td> <td>28.339</td> <td>6.618</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Despesas permanentes não dedutíveis</td> <td>-</td> <td>(331)</td> <td>-</td> <td>(468)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Prejuízos fiscais</td> <td>(10.245)</td> <td>(3.926)</td> <td>(10.245)</td> <td>(21.462)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Resultado de equivalência patrimonial</td> <td>(24.924)</td> <td>(12.076)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(46.325)</td> <td>(3.298)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Encargo fiscal</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(28.230)</td> <td>(18.610)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Corrente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(30.593)</td> <td>(19.709)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Diferido</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2.363</td> <td>1.099</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Despesa de IRPJ e CSLL</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(28.230)</td> <td>(18.610)</td> </tr> </tbody> </table>												Controladora		Consolidado				31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(103.434)	(35.518)	(83.349)	(19.464)	Alíquota vigente		34%	34%	34%	34%	Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros		35.168	12.076	28.339	6.618	Despesas permanentes não dedutíveis		-	(331)	-	(468)	Prejuízos fiscais		(10.245)	(3.926)	(10.245)	(21.462)	Resultado de equivalência patrimonial		(24.924)	(12.076)	-	-	Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido		-	-	(46.325)	(3.298)	Encargo fiscal		-	-	(28.230)	(18.610)	Corrente		-	-	(30.593)	(19.709)	Diferido		-	-	2.363	1.099	Despesa de IRPJ e CSLL		-	-	(28.230)	(18.610)
		Controladora		Consolidado																																																																																			
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24																																																																																		
Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social		(103.434)	(35.518)	(83.349)	(19.464)																																																																																		
Alíquota vigente		34%	34%	34%	34%																																																																																		
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros		35.168	12.076	28.339	6.618																																																																																		
Despesas permanentes não dedutíveis		-	(331)	-	(468)																																																																																		
Prejuízos fiscais		(10.245)	(3.926)	(10.245)	(21.462)																																																																																		
Resultado de equivalência patrimonial		(24.924)	(12.076)	-	-																																																																																		
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido		-	-	(46.325)	(3.298)																																																																																		
Encargo fiscal		-	-	(28.230)	(18.610)																																																																																		
Corrente		-	-	(30.593)	(19.709)																																																																																		
Diferido		-	-	2.363	1.099																																																																																		
Despesa de IRPJ e CSLL		-	-	(28.230)	(18.610)																																																																																		
<p>Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 42.643 e no Consolidado R\$ 803.557 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$ 12.511 na Controladora e de R\$ 737.388 no Consolidado, o qual também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. O em 31 de dezembro de 2025, não há saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora e no consolidado R\$ 195 e em 31 de dezembro de 2024, a Controladora não possuía saldo e de R\$ 25.485 no Consolidado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. 27 Prejuízo básico e diluído atribuível por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. O Grupo não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações nem instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar na emissão de ações ordinárias como debêntures conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações, planos de remuneração baseada em ações ou ações ordinárias potenciais. Dessa forma, não houve diluição no exercício e, portanto, o resultado por ação diluído é idêntico ao resultado por ação básico.</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia</td> <td>(103.434)</td> <td>(35.518)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Quantidade média ponderada de ação</td> <td>1.113.300</td> <td>641.096</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$</td> <td>(0,09)</td> <td>(0,06)</td> </tr> </tbody> </table>												Consolidado				31/12/25	31/12/24	Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia		(103.434)	(35.518)	Quantidade média ponderada de ação		1.113.300	641.096	Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$		(0,09)	(0,06)																																																										
		Consolidado																																																																																					
		31/12/25	31/12/24																																																																																				
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia		(103.434)	(35.518)																																																																																				
Quantidade média ponderada de ação		1.113.300	641.096																																																																																				
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$		(0,09)	(0,06)																																																																																				
<p>28 Compromissos:</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Até 1 ano</th> <th>Entre 2 e 5 anos</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Acima de 5 anos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Arrendamento (i)</td> <td>9.342</td> <td>24.851</td> <td>92.714</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Contrato de manutenção (ii)</td> <td>80.633</td> <td>340.581</td> <td>404.503</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Contrato de transmissão (iii)</td> <td>29.323</td> <td>164.538</td> <td>174.976</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>119.298</td> <td>529.970</td> <td>672.193</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> <td></td> <td>1.321.461</td> </tr> </tbody> </table>												Consolidado				Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos			Acima de 5 anos	Total	Arrendamento (i)		9.342	24.851	92.714	Contrato de manutenção (ii)		80.633	340.581	404.503	Contrato de transmissão (iii)		29.323	164.538	174.976			119.298	529.970	672.193					1.321.461																																									
		Consolidado																																																																																					
		Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos																																																																																				
		Acima de 5 anos	Total																																																																																				
Arrendamento (i)		9.342	24.851	92.714																																																																																			
Contrato de manutenção (ii)		80.633	340.581	404.503																																																																																			
Contrato de transmissão (iii)		29.323	164.538	174.976																																																																																			
		119.298	529.970	672.193																																																																																			
				1.321.461																																																																																			
<p>(i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos de arrendamento de terrenos preveem pagamentos integralmente variáveis, vinculados ao faturamento das controladas. Dessa forma, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, esses contratos não compõem a mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são incorridos. (ii) Contrato de manutenção: Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor de serviços e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. (iii) Contrato de transmissão: São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. 29 Atividade de investimento não envolvendo caixa: A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 03 (R2), à exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Principal transação que não afeta o caixa</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo</td> <td>7.642</td> <td>2.743</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Em atividades de investimentos</td> <td>7.642</td> <td>2.743</td> </tr> </tbody> </table>												Consolidado				31/12/25	31/12/24	Principal transação que não afeta o caixa				Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo		7.642	2.743	Em atividades de investimentos		7.642	2.743																																																										
		Consolidado																																																																																					
		31/12/25	31/12/24																																																																																				
Principal transação que não afeta o caixa																																																																																							
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo		7.642	2.743																																																																																				
Em atividades de investimentos		7.642	2.743																																																																																				
<p>30 Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, responsabilidade civil. 31 Eventos subsequentes: Em 30 de março de 2026, posterior à data-base do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025, a controlada indireta Chapada I recebeu waiver do BNDES referente ao descumprimento de ICSD mínimo de 2024 e 2025. Como consequência direta dessa autorização, o saldo da referida dívida - previamente reclassificado para passivo circulante em 31/12/25 - foi transferido para passivo não circulante ainda em março de 2026. Essa movimentação reflete a exigibilidade da dívida conforme seu cronograma contratual.</p>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Francisco Moya Reina - Diretor Presidente</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Gabriel Marinho de Farias - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Rodrigo Cesar de Moraes - Controller</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Cristiano Soares Pavane - Contador - CRC 1SP271178/O-8</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												Consolidado				31/12/25	31/12/24	Francisco Moya Reina - Diretor Presidente				Gabriel Marinho de Farias - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores				Rodrigo Cesar de Moraes - Controller				Cristiano Soares Pavane - Contador - CRC 1SP271178/O-8																																																									
		Consolidado																																																																																					
		31/12/25	31/12/24																																																																																				
Francisco Moya Reina - Diretor Presidente																																																																																							
Gabriel Marinho de Farias - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores																																																																																							
Rodrigo Cesar de Moraes - Controller																																																																																							
Cristiano Soares Pavane - Contador - CRC 1SP271178/O-8																																																																																							



Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.

segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos estes assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que os assuntos não devem ser comunicados em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de Março de 2026

KPMG
Audítores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador
CRC 1SP245014/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**
✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

CNPJ nº 44.507.288/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "IBH XVII") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A IBH XVII é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e detém participação direta de 51% na Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs"). A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A.

As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH XVII trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVII, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com

grande experiência no setor de energia. A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		BALANÇO PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ativos									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	518	27.210	130.053	112.091	19	48	90	8.815
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	23	22.435	20	7.475	284.263	96.506
Contas a receber	7	-	-	36.462	29.540	8	-	58	131
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	31.477	-	216	9	-	19.524	-
IRPJ e CSLL a recuperar	10	895	-	2.980	-	22	-	3.986	-
Tributos a recuperar	11	566	977	4.103	4.793	21	10	12	5.345
Despesas antecipadas	12	-	-	675	3.561	23	-	47.703	43.643
Estoque	13	-	-	714	2.767	-	-	7	969
Outras contas a receber	14	-	-	1.194	2.821	-	-	-	-
Total do ativo circulante		1.979	59.664	176.204	157.224	7.533	284.423	182.017	493.332
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
IRPJ e CSLL a recuperar	10	-	-	1.477	1.191	20	198.526	-	841.621
Despesas antecipadas	12	-	-	1.483	1.741	24	-	-	10.305
Ativo financeiro indenizável	15	-	-	23.550	20.735	22	-	-	1.697
Outras contas a receber	14	-	-	10.305	10.328	-	-	-	874
Total do ativo não circulante		375.472	439.146	1.085.315	1.123.270	198.526	-	854.497	480.115
Total do ativo		377.451	498.810	1.261.519	1.280.494	171.392	214.387	171.392	214.387
Passivos									
Circulante									
Fornecedores	19	-	-	-	-	24	-	-	53.613
Debêntures	20	-	-	-	-	22	-	-	1.697
Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	-	-	-	-	-	874
Dividendos a pagar	9	-	-	-	-	-	-	-	874
IRPJ e CSLL	22	-	-	-	-	-	-	-	1.697
Tributos e obrigações trabalhistas	21	-	-	-	-	21	10	12	5.345
Provisão liminar garantia física	23	-	-	-	-	23	-	-	47.703
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Total do passivo circulante		7.533	284.423	182.017	493.332	7.533	284.423	182.017	493.332
Não circulante									
Debêntures	20	198.526	-	841.621	469.471	20	198.526	-	841.621
Provisão para processos judiciais	24	-	-	10.305	10.328	24	-	-	10.305
IRPJ e CSLL diferidos	22	-	-	-	-	22	-	-	1.697
Outras contas a pagar	-	-	-	874	316	-	-	-	874
Total do passivo não circulante		198.526	-	854.497	480.115	198.526	-	854.497	480.115
Patrimônio líquido									
Capital social	25	189.887	290.900	189.887	290.900	25	189.887	290.900	290.900
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total atribuído aos acionistas da controladora		171.392	214.387	171.392	214.387	171.392	214.387	171.392	214.387
Participação de não controladores	-	-	-	450.102	92.660	-	-	-	92.660
Total do patrimônio líquido		171.392	214.387	225.005	307.047	171.392	214.387	225.005	307.047
Total do passivo e patrimônio líquido		377.451	498.810	1.261.519	1.280.494	377.451	498.810	1.261.519	1.280.494

		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores
		Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25
Saldos em 01 de janeiro de 2024			342.564	(66.225)	276.339
Lucro líquido do exercício		-	-	(10.288)	55.494
Cisão parcial		(51.664)	-	-	(51.664)
Distribuição de dividendos		-	-	-	(31.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		290.900	(76.513)	214.387	92.660
(Prejuízo) lucro do exercício		-	-	(18.495)	46.423
Redução de capital	25	(24.500)	-	(24.500)	(19.873)
Absorção de prejuízos acumulados pelo capital social	25	(76.513)	76.513	-	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	(48.077)
Antecipação de dividendos		-	-	-	(17.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		189.887	(18.495)	171.392	225.005

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Informações Gerais: 1.1 Contexto operacional: A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., ("Companhia" ou "IBH XVII") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de dezembro de 2021, com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. ("IBH XVI") e controlador final a Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria" ou "FIP IV"). **1.2 Relação de entidades controladas:** A Companhia detém participação direta de 51% na Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs"). Essa participação resultou da operação de compra de ações concluída em 30 de junho de 2022, na qual a Companhia, juntamente com a Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. ("IBH XIX") – empresa controlada indiretamente pela Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("PIER") – adquiriu o controle da Essentia PCHs. A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. Todas essas empresas são autorizadas pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica. A participação indireta da Companhia nessas empresas é de 51% para Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A. e Bahia PCH I S.A. Já na Rio PCH I S.A., a participação indireta da Companhia é de 35,7%, conforme detalhado na tabela abaixo.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/25	31/12/24		
Essentia PCHs S.A.	51%	51%	Holding	Direto
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Rio PCH I S.A.	35,7%	35,7%	PCH – Hidrelétrica	Indireto (i)
Bahia PCH I S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto

(i) A participação de 35,7% na Rio PCH I S.A. corresponde à participação econômica indireta da Companhia. O controle é exercido de forma indireta por meio da Essentia PCHs S.A., que detém 70% da Controlada. Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025: **Controlada direta: Essentia PCHs S.A.:** A Essentia PCHs com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas. **Controladas indiretas: Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. ("Galheiros"):** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELGO), na subestação laziara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho nº 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012. Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passou a ser até 09 de novembro de 2042. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passa a ser até 07 de novembro de 2049. **Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. ("Santa Cruz"):** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011, autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizada no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir

da, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação laziara. O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009). Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passou a ser até 05 de maio de 2039. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passa a ser até 05 de maio de 2046. **Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G"):** Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no Rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticalais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticalais. A Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelece o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/ vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. ("Goiás Sul"):** Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando em forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples de 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Iperameri. O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passou a ser até 11 de novembro de 2040, e da PCH Nova Aurora, que passou a ser até 19 de janeiro de 2041. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passa a ser até 13 de junho de 2045, e da PCH Nova Aurora, que passa a ser até 02 de setembro de 2045. **Rio PCH I S.A. ("Rio PCH"):** Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Iperameri. A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR). O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga, que passou a ser até 14 de agosto de 2039, e da PCH Pedra do Garrafão, que passou a ser até 19 de setembro de 2039. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga, que passa a ser até 26 de janeiro de 2044, e da PCH Pedra do Garrafão, que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044. **Bahia PCH I S.A. ("Bahia PCH"):** Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010. Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande, que passou a ser até 23 de outubro de 2040. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029. A Companhia, juntamente com suas

		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
		Controladora	Consolidado		
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total do resultado abrangente		(18.495)	(10.288)	27.928	45.206
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(18.495)	(10.288)	27.928	45.206
Ajustes de receitas e despesas					
Depreciação e amortização	17 a 18	-	-	56.332	62.541
Amortização de ativo de direito de uso	-	-	-	-	216
Baixa de ativo imobilizado e intangível	17 a 18	-	-	2.347	1.045
Resultado com participações societárias	16	(18.420)	(31.380)	-	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	-	(1.080)	-
Ativo financeiro indenizável	-	-	-	(929)	(969)
Juros, variações monetárias e custo de emissão – debêntures	20	37.753	44.130	163.878	126.995
Provisão de juros – passivo de arrendamento	-	-	-	-	41
Atualização financeira liminar GSF	-	-	-	1.372	5.008
Variáveis nos ativos operacionais					
Contas a receber	7				

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas					Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão				
buidoras, abrangendo todos os submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN). A controlada indireta Goiás Sul, detentora das usinas Goiandira e Nova Aurora, negociou energia elétrica no 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005, também na modalidade quantidade de energia, ao preço de R\$ 99,95 por MWh (R\$ 287,53 por MWh em 31 de dezembro de 2025), com venda destinada a 31 distribuidoras de energia elétrica, distribuídas por todos os submercados. A controlada indireta Santa Cruz, detentora da usina São Domingos, e a RIO PCH, detentora das usinas Pirapetina e Pedra Garrafão, comercializaram energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados no 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de junho de 2006, na modalidade quantidade de energia, aos preços de R\$ 124,00 por MWh (R\$ 351,37 por MWh em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 124,99 por MWh (R\$ 354,18 por MWh em 31 de dezembro de 2025), respectivamente, com fornecimento para 30 distribuidoras, abrangendo todos os submercados. Por fim, a controlada indireta Bahia PCH, detentora da usina Sítio Grande, possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), firmado com uma contraparte privada, com entrega no submercado Nordeste.					Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos				
Abaixo as características das usinas:					Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.				
Abaixo as características das usinas:					Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.				
SPÉ					(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas. O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário ("DI") acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas à taxa variável expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juro variável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciando e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.							
Usina	Estado	Capacidade MW	Energia Assegurada – MWm	Contratos de Venda – MWm	Início da autorização	Fim da autorização						
Afluente (i)	Alto Fêmeas I	BA	10,65	8,55	01/11/2005	31/10/2027						
Afluente (i) e (iii)	Presidente Goulart	BA	8	5,21	01/11/2005	31/09/2027						
Galheiros (i) e (ii)	Galheiros I	GO	12,06	7,02	01/09/2013	31/08/2042						
Goiás Sul (i) e (ii)	Goiandira	GO	27	17,09	01/01/2010	31/12/2039						
Goiás Sul (i) e (ii)	Nova Aurora	GO	21	12,37	01/01/2010	31/12/2039						
Rio PCH (i)	Pedra Garrafão	RJ	19	10,75	01/01/2009	31/12/2038						
Rio PCH (i) e (ii)	Pirapetina	RJ	20	12,71	01/01/2009	31/12/2038						
Santa Cruz (i), (ii) e (iii)	São Domingos II	GO	24,66	19,08	01/01/2009	01/12/2038						
Bahia PCH (i) e (ii)	Sítio Grande	BA	25	19,62	01/12/2009	31/12/2029						
Total			167,37	112,4								
Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são: (i) Houve alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes de setembro/2020 e que não sofreram nenhuma penalidade em decorrência de não cumprimento do cronograma de implantação, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora. (ii) Ocorreu a publicação da Lei nº 14.052/2020, a qual teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento; e, de forma retroativa, por geração fora da ordem e importação. De acordo com a Lei, essa compensação ocorrerá por meio da extensão do prazo das outorgas de geração. Os principais motivos para os contratos de vendas estarem acima garantia física são: (iii) Para a SPE Afluente G, a redução da garantia física ocorreu posteriormente à celebração dos contratos de venda de energia (PPAs), resultando em descolamento entre a energia contratada e a energia assegurada vigente. (iv) Para a SPE Santa Cruz, a Companhia possui decisão liminar vigente que assegura a manutenção da garantia física em patamar anterior às revisões regulatórias, conforme nota explicativa nº 23. Adicionalmente, os descolamentos entre energia contratada e garantia física não acarretam ônus regulatório, uma vez que eventuais insuficiências de lastro são compensadas por meio da aquisição de energia no mercado, garantindo o cumprimento integral dos PPAs, sendo a exposição restrita a efeitos econômicos. 1.4 Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 5.554 na Controladora (R\$ 224.759 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido positivo de R\$ 5.813 no Consolidado (R\$ 336.108 negativo em 31 de dezembro de 2024) e decorrem substancialmente do passivo circulante de debêntures.												
	Controladora	Consolidado										
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24								
Total do ativo circulante	1.979	59.664	176.204	157.224								
Total do passivo circulante	7.533	284.423	182.017	493.332								
Capital circulante líquido	(5.554)	(224.759)	5.813	(336.108)								
A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia e suas controladas, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente. A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo, aportes de capital pelos acionistas e refinanciamento das dívidas abertas com captação de novas dívidas, que poderão ser de curto ou longo prazo conforme a necessidade. Essa estratégia visa reforçar o caixa e garantir a solvência da Companhia no curto e médio prazo, ajustando-se às condições de mercado e à capacidade de pagamento. O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multistratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por no menos 12 (doze) meses. 1.5 Principais movimentações: Reorganização Societária – Cisão Parcial: A Companhia passou por um processo de otimização da estrutura societária que se iniciou em 2023 e foi finalizado em 2024. Em 2023, ocorreu a primeira reorganização societária, em que, ao final da transação, a Companhia passou a deter 68% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 84%) e a IBH XIX passou a deter 32% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 16%). Em 2024, ocorreu a segunda reorganização societária, de modo que ao final de todos os passos, a Companhia passou a deter 51% da Essentia PCHs (anteriormente 68% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs (anteriormente 32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Desta forma, o PIER – acionista indireto e detentor de 100% da IBH XIX – ampliou sua participação em 17% na Essentia PCHs, ao passo que o FIP IV – acionista indireto – reduziu sua participação nesta mesma proporção de 17%. Dentre os passos da reorganização, houve a captação de debêntures privadas pela Companhia, sendo os recursos primordialmente utilizados para reduzir o saldo devedor das dívidas existentes e, ao final, essas debêntures privadas foram convertidas em capital pelo PIER, mediante a transferência de 17% das ações da Essentia PCHs. Abaixo, alguns detalhes adicionais da operação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, a Companhia aprovou, por unanimidade, o protocolo de cisão parcial de seus ativos, de modo que a Companhia permaneceu com 51% de participação na Essentia PCHs, e os outros 17% de participação passaram a fazer parte da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("IBH XVII-A"), e que incorporou a sua parcela cindida. A cisão foi realizada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, com data base de 12 de março de 2024, considerando o valor patrimonial contábil da Companhia. As debêntures privadas da Companhia, as quais passaram para a IBH XVII-A durante o processo de cisão e incorporação, contavam com o PIER como debenturista. Desta forma, o PIER em seguida realizou o aporte (capitalização) das debêntures em participação societária na IBH XVII-A. O acervo líquido cindido na data da efetivação da cisão em 12 de março de 2024 está composto abaixo:												
Ativo	12.03.2024		Passivo e patrimônio líquido		12.03.2024							
	Circulante		Circulante									
	Debêntures privadas		103.333									
			103.333									
Não circulante	Patrimônio líquido											
Investimentos	154.997	Capital social	51.664									
	154.997		51.664									
Capital circulante líquido	154.997		154.997									
Por fim, (i) ocorreu a consolidação da estrutura de investimentos do PIER, por meio da incorporação da IBH XVII-A por sua controlada indireta Infraestrutura Holding XIX ("IBH XIX"); (ii) a IBH XVII permaneceu como controladora de 51% da Essentia PCHs, e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs. 1.6 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações contábeis e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado. O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes. 1.6.1 Reclassificação de cifras comparativas: Para assegurar a comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores relativos à amortização da mais valia (vide Nota Explicativa nº 16), nas Demonstrações do Resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem efeito no resultado do Grupo. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:												
	Controladora	31/12/24	Reclassi-	(Reclassi-								
		Nota 31/12/24	ficações	ficado)								
Despesas gerais e administrativas	28	(24.899)	24.597	(302)								
Resultado com participações societárias	16	55.977	(24.597)	31.380								
Lucro operacional	31.078			31.078								
Receitas financeiras	29	2.904	–	2.904								
Despesas financeiras	29	(44.270)	–	(44.270)								
Resultado financeiro	(41.366)			(41.366)								
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.288)			(10.288)								
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	–	–	–								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	–	–	–								
Prejuízo do exercício	(10.288)			(10.288)								
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:												
2.1 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2026. 2.2 Principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.3 Normas emitidas e emendas às normas contábeis:												
	Revisadas e vigentes											
	Novas normas ou alterações	Vigência	Principais pontos novos/alterados									
	CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante									
	Revisadas e não vigentes											
	Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados									
	CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.									
	CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.									
A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. 2.4 Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. 2.5 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional e a de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balancos patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. (b) Transações e saldos: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. 2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos: A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. A principal estimativa e julgamento relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 15 – Ativo Financeiro: Valores residuais de ativos vinculados à concessão, indenizáveis ao término do contrato, reconhecidos como ativo financeiro e mensurados com base na expectativa de recuperação futura, incluindo atualização financeira. • Nota explicativa 17 – Imobilizado: Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação; • Nota explicativa 17 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração: A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (impairment) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; • Nota explicativa 18 – Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; • Nota explicativa 23 – Provisão liminar garantia física: Reconhecimento de passivo financeiro relativo aos montantes apurados na liquidação do mercado de curto prazo, em decorrência da redução da garantia física da usina, acrescidos de atualização financeira. • Nota explicativa 24 – Provisão para processos judiciais: Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. 2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. 3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:												
							Controladora	Vencimentos				
	Até um ano (i)	1 até 3 anos (i)	3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total geral							
Em 31 de dezembro de 2025												
Fornecedores	48	–	–	–	48							
Debêntures	30.826	52.771	48.405	240.369	372.371							
Em 31 de dezembro de 2024												
Fornecedores	90	–	–	–	90							
Debêntures	309.227	–	–	–	309.227							
						Consolidado	Vencimentos					
	Até um ano (i)	1 até 3 anos (i)	3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total geral							
Em 31 de dezembro de 2025												
Fornecedores	8.815	–	–	–	8.815							
Debêntures	198.127	344.638	287.825	694.209	1.524.799							
Contas a pagar a partes relacionadas	131	–	–	–	131							
Dividendo a pagar	19.524	–	–	–	19.524							
Provisão liminar garantia física	47.703	–	–	–	47.703							
Outras contas a pagar	7	874	–	–	881							
Em 31 de dezembro de 2024												
Fornecedores	10.897	–	–	–	10.897							
Debêntures	488.153	357.809	317.392	–	1.163.354							
Contas a pagar a partes relacionadas	37.506	–	–	–	37.506							
Provisão liminar garantia física	43.643	–	–	–	43.643							
Outras contas a pagar	969	316	–	–	1.285							
								continuação →				



continuação

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

buidoras, abrangendo todos os submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN). A controlada indireta Goiás Sul, detentora das usinas Goiandira e Nova Aurora, negociou energia elétrica no 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005...

meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados no 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de junho de 2006, na modalidade quantidade de energia, aos preços de R\$ 124,00 por MWh (R\$ 351,37 por MWh em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 124,99 por MWh (R\$ 354,18 por MWh em 31 de dezembro de 2025)...

Table with 4 columns: Risco, Exposição, Metodologia utilizada para mensuração do impacto, Gestão. Rows include Risco de mercado, Risco de crédito, Risco de liquidez.

Abaixo as características das usinas:

Table with 7 columns: SPE, Usina, Estado, Capacidade MW, Energia Assegurada - MWm, Contratos de Venda - MWm, Início da autorização, Fim da autorização.

Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são: (i) Houve alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes de setembro/2020...

e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC")...

Revisadas e vigentes

Table with 3 columns: Novas normas ou alterações, Vigência, Principais pontos novos/alterados. Includes CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão.

Revisadas e não vigentes

Table with 3 columns: Norma / Pronunciamento, Vigência, Principais pontos novos/alterados. Includes CPC 48 / CPC 40 (R1) - Alterações em Instrumentos Financeiros.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Controladora Consolidado

Table with 5 columns: Ativo Circulante, Não circulante, Capital circulante líquido, etc. for 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24.

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia e suas controladas, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica...

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional e a de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas.

Table with 5 columns: Instrumento, Saldo em exposição, Redução do índice em 25%, Elevação do índice em 25%, etc. for 31/12/25.

Table with 5 columns: Instrumento, Saldo em exposição, Redução do índice em 25%, Elevação do índice em 25%, etc. for 31/12/25.

Table with 5 columns: Instrumento, Saldo em exposição, Redução do índice em 25%, Elevação do índice em 25%, etc. for 31/12/25.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Table with 2 columns: Ativo, Passivo e patrimônio líquido. Date: 12.03.2024.

Table with 2 columns: Não circulante, Patrimônio líquido. Date: 12.03.2024.

Table with 2 columns: Capital circulante líquido, etc. Date: 12.03.2024.

Por fim, (i) ocorreu a consolidação da estrutura de investimentos do PIER, por meio da incorporação da IBH XVII-A por sua controlada indireta Infraestrutura Holding XIX ("IBH XIX")...

Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. 2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

Controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Table with 4 columns: Controladora, Reclasi- (Reclassi- ficado), Nota 31/12/24, etc. Includes Despesas gerais e administrativas, Resultado com participações societárias, Lucro operacional, etc.

3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

Table with 6 columns: Acima de Até um ano (i), 1 a 3 anos (i), 3 a 5 anos (i), Acima de 5 anos (i), Total geral. Date: 31 de dezembro de 2025.

Table with 6 columns: Acima de Até um ano (i), 1 a 3 anos (i), 3 a 5 anos (i), Acima de 5 anos (i), Total geral. Date: 31 de dezembro de 2025.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. 3.2 Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures, empréstimo e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures, empréstimo e financiamentos.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Total das debêntures, Caixa e equivalente de caixa, Aplicações financeiras vinculadas as dívidas, Dívida líquida, and Total do patrimônio líquido.

Índice de alavancagem financeira - % 55% 55% 78% 71%

3.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. (b) Risco hidrológico: Conforme as regras do setor às usinas do Grupo foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, consequentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado. Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física. Como consequência, períodos de menor hidrológica reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos (GSF < 1), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto. Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas do Grupo participantes, porém mantém uma exposição sistemática às condições hidrológicas, a qual pode resultar na necessidade de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia e suas controladas. Para mitigar estes eventuais impactos a Companhia tem uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado a 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos. (c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil: Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na aplicação dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. (d) Mudanças climáticas: As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica. As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas: 1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas. 2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas. 3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível. Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima. (e) Risco de impairment: O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou indicativos de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos. 4. Instrumentos Financeiros por Categoria: (a) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Passivos Financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (c) Desreconhecimento: Ativos Financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou extirpa. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (d) Composição de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados. (e) Impairment de ativos financeiros: O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. (f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros: Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras vinculadas às dívidas, Contas a receber, Contas a receber de partes relacionadas, Ativo financeiro indenizável, Outras contas a receber.

Ativos financeiros

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras vinculadas às dívidas, Contas a receber, Contas a receber de partes relacionadas, Ativo financeiro indenizável, Outras contas a receber.

Passivos financeiros

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Fornecedores, Debêntures, Contas a pagar a partes relacionadas, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar, Provisão liminar garantia física.

Recurso em banco e em caixa, Recursos em aplicações financeiras, Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i), Total, (j) Redução em decorrência da extinção da obrigatoriedade de manter depósitos vinculados após liquidação da 1ª emissão de debêntures da Santa Cruz e, na Controladora, em razão do pagamento semestral das debêntures no mês de setembro e liberação do excedente para a conta de livre movimento, conforme regras e obrigações contratuais. 7. Contas a Receber: Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa nas contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do caixa a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Recursos em banco e em caixa, Recursos em aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remunerados a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro de 2024). 6. Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas: Política contábil: Os depósitos são reconhecidos e mensurados ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício. Valores mantidos em contas em instituições financeiras, que têm como finalidade garantir obrigações associadas às debêntures emitidas.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i), Total.

Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i) Total, (j) Redução em decorrência da extinção da obrigatoriedade de manter depósitos vinculados após liquidação da 1ª emissão de debêntures da Santa Cruz e, na Controladora, em razão do pagamento semestral das debêntures no mês de setembro e liberação do excedente para a conta de livre movimento, conforme regras e obrigações contratuais. 7. Contas a Receber: Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa nas contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do caixa a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Venda de energia, Total.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Segue abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento: A vencer, Vencidos de 1 a 30 dias, Vencidos de 31 a 90 dias, Total.

8. Contas a Receber e a Pagar de Partes Relacionadas: Política contábil: Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir: (a) Composição das partes relacionadas:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/24. Rows include Empresas, Natureza, Ativo circulante, Passivo circulante. Rows include Essentia PCHs S.A., Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A., Chapada Branca Holding S.A., Total.

Table with 5 columns: Empresas, Natureza, Ativo circulante, Passivo circulante, Consolidado. Rows include Infraestrutura Brasil Holding I S.A., Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A., Chapada Branca Holding S.A., Chapada Branca Holding S.A., Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (i), PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i), Total.

(i) Em 31 de dezembro de 2025, determinados saldos foram reclassificados para a rubrica de dividendos a pagar, conforme detalhado na Nota Explicativa 9. A movimentação dos exercícios de 2024 e 2025 está apresentada na referida nota. (b) Impacto no resultado:

Table with 5 columns: Empresas, Natureza, Resultado, Resultado, Consolidado. Rows include Chapada Branca Holding S.A., Total.

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal-chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pela Pátria. O montante incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 9.078 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024). 9. Dividendos: Política contábil: Os saldos de ativos e passivos, são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando aprovados pelos acionistas, ou quando declarados pela Administração, conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados com base no lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária vigente, e registrados como obrigação no encerramento do exercício social, conforme apresentado a seguir: (a) Composição dos dividendos:

Table with 5 columns: Empresas, Natureza, Resultado, Resultado, Consolidado. Rows include PCH Administração e Participações Ltda. "PCH Adm" (i), Total.

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar. (b) Movimentação dos dividendos:

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, Ativo circulante, Passivo circulante, IB19, Total. Rows include Saldos em 01 de janeiro de 2024, Ingresso, Liquidação, Saldos em 31 de dezembro de 2024, Ingresso, Liquidação, Saldos em 31 de dezembro de 2025.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Política contábil: O imposto de renda e contribuição social a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Circulante, IRPJ e CSLL (i), Total, Não Circulante, IRPJ, Total.

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes encontravam-se classificados na rubrica de tributos a recuperar, vide Nota Explicativa nº 11. Em 31 de dezembro de 2025, tais saldos foram reclassificados para a rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar, visando melhor refletir sua natureza. 11. Tributos a Recuperar: Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Circulante, IRRF, IRPJ e CSLL (i), COFINS e PIS a recuperar, Outros, Total.

(i) Parte dos saldos apresentados nesta rubrica em 31 de dezembro de 2024 passou a ser classificada, em 31 de dezembro de 2025, na rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar, vide Nota Explicativa nº 10. 12. Despesas Antecipadas: Política contábil: As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear e das licenças ambientais, assim como, da repactuação do risco hidrológico para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Repactuação do risco hidrológico (i), Seguros, Total.

(i) Valor da repactuação do risco hidrológico relativo a prêmio de seguro pago em 2015 e apropriado como despesa ao resultado conforme prazo de outorga das usinas beneficiadas. 13. Estoque: Política contábil: Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas. Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, para o uso na manutenção das usinas, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Repactuação do risco hidrológico (i), Seguros, Total.

14. Outras Contas a Receber: Política contábil: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrer de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/25, 31/12/24, 31/12/25, 31/12/24. Rows include Adiantamento a funcionários, Adiantamento a fornecedores, Depósito em garantia de contrato de compra de energia, Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR (i), Outros ativos, Total.

(i) Pagamento a maior das quotas de RGR no ciclo de julho/2023 a junho/2024 que será parcialmente compensado e devolvido no ciclo de julho/2025 a junho/2026. (ii) Contas a

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

continuação

fização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. – Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e – Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 1.6.1 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião modificada referente aos valores correspondentes inseridos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, em 31 de Março de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Março de 2026

KPMG
KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/0-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador
CRC 1SP245014/0-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo
MERCANTIL

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Cellera Farmacêutica S.A. CNPJ nº 33.173.097/0002-74

cellerafarma.com.br



Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: A Administração da Cellera Farmacêutica S.A. ("Cellera" e/ou "Companhia")...

Table with financial data: (R\$ em milhões) (consolidado) 2024 2025. Includes rows for Prejuízo/Lucro líquido do exercício, IRPJ e CSLL, Resultado Financeiro Líquido, etc.

Table with financial data: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024. Includes sub-tables for Balanços patrimoniais and Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Table with financial data: Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Includes sub-tables for Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

1. Contexto operacional: A Cellera Farmacêutica S.A. ("Companhia" e/ou "Cellera") é uma sociedade anônima de capital fechado... Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(R\$ em milhões) (consolidado) 2024 2025. (+) Baixa de ICMS a recuperar - ADC 49 (nota 25) 14,9 (14,9). (+) Doações recuperação calamidade RS 1,2 -. (+) Despesas líquidas com transferência do CD para ES 0,1 -. (+) Créd. da exclusão ICMS base PIS e COFINS (nota 25) - (5,5). EBITDA Consolidado Ajustado 78,1 81,5.

treinamentos semanais com pílulas de conhecimento sobre segurança, abrangendo atenção, saúde mental, prevenção e atuação em emergências. A Administração está comprometida com a evolução contínua das práticas de ESG...

Demônstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxo líquido (prejuízo) do exercício, etc.

Varição nas contas do ativo e passivo. Contas a receber, Estoques, Adiantamentos a fornecedores, etc.

Fluxos de caixa das atividades de investimentos. Aquisição de ativo imobilizado, Aquisição de ativo intangível e arrendamento, Venda de imobilizado / intangível, etc.

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos. Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (principal), etc.

A Administração. A Companhia passa a fazer a reconciliação do EBITDA Consolidado com o EBITDA Consolidado Ajustado. O EBITDA Consolidado Ajustado engloba ajustes de despesas não recorrentes...

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação *

Cellera Farmacêutica S.A.

balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1 (CPC 26 (R1)). No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **8. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco e caixa (i)	761	1.424	3.056	6.549
Aplicações financeiras (ii)	1.264	10.194	6.123	24.354
Total	2.025	11.618	9.179	30.903

(i) Os saldos em Banco e Caixa são para obrigações de curto prazo e não existe expectativa para utilização em investimentos ou outros propósitos. (ii) Referem-se a fundos de renda fixa e fundos referenciados DI(s), remunerados a taxas que estão entre 100% da variação do CDI, com liquidez diária, em 2024. Em 2025, referem-se à remuneração "floating" pelo saldo médio mantido em conta corrente, remunerados a taxas que estão entre 85% da variação do CDI, com liquidez diária. Esses investimentos não estão sujeitos a nenhum risco de perda do valor principal aplicado.

9. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	37.641	40.575	176.344	172.059
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 14)	24.482	12.644	-	-
duvidosa	(4.498)	(6.208)	(5.809)	(7.279)
Total	57.625	47.011	170.535	164.780

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber de clientes por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	31.398	35.700	24.482	12.644
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	673	3.190	-	-
De 31 a 60 dias	95	4	-	-
De 61 a 90 dias	85	6	-	-
Acima de 90 dias	5.390	1.675	-	-
Total de vencidas	6.243	4.875	-	-
Total	37.641	40.575	24.482	12.644

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	14.097	15.760	13.331	15.760
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.865	6.415	-	-
De 31 a 60 dias	1.864	298	-	-
De 61 a 90 dias	780	684	-	-
Acima de 90 dias	8.823	8.363	-	-
Total de vencidas	13.331	15.760	-	-
Total	14.097	15.760	13.331	15.760

(i) Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

Saldo a vencer

	Controladora			
	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.865	6.415	-	-
De 31 a 60 dias	1.864	298	-	-
De 61 a 90 dias	780	684	-	-
Acima de 90 dias	8.823	8.363	-	-
Total de vencidas	13.331	15.760	-	-
Total	176.345	172.059	-	-

Movimentação da provisão para perda do valor recuperável do contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	(6.208)	(3.570)	(7.279)	(3.570)
Reversão de provisões	1.724	-	1.810	-
Constituição de provisões	(14)	(2.638)	(340)	(3.709)
Em 31 de dezembro	(4.498)	(6.208)	(5.809)	(7.279)

10. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	9.637	11.675	36.880	46.346
Matérias-primas e componentes	24.746	23.552	27.519	29.968
Produtos em elaboração	2.548	4.808	2.556	4.816
Importações em andamento	4.045	2.339	4.045	2.339
Total	40.976	42.374	71.000	83.469

Os estoques acima estão reduzidos pela provisão para perdas nos estoques no total de R\$ 3.566 (R\$ 5.601 em 2024) na Controladora, e de R\$ 10.275 (R\$ 8.713 em 2024) no Consolidado. A provisão é constituída com base em seu valor realizável líquido e de acordo com a data de vencimento dos produtos, tanto da matéria-prima como dos produtos acabados. Demonstramos a seguir a composição da provisão para perdas, por rubrica dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	(2.114)	(3.516)	(8.823)	(6.628)
Matérias-primas e componentes	(1.452)	(2.085)	(1.452)	(2.085)
Total	(3.566)	(5.601)	(10.275)	(8.713)

A movimentação na provisão para perdas nos estoques demonstrada líquida nos saldos acima está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	(5.601)	(3.750)	(8.713)	(5.563)
Reversão de provisões	6.324	1.117	7.546	4.486
Constituição de provisões	(4.289)	(2.968)	(9.108)	(7.336)
Total	(3.566)	(5.601)	(10.275)	(8.713)

11. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	21.969	22.366	43.313	70.324
PIS - Programa de Integração Social	-	462	34	508
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1	695	158	910
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	24	24	31	33
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	650	582	650	582
Outros	6.623	1.443	6.838	1.578
Total	29.268	25.472	51.024	73.935
Ativo circulante	14.971	10.759	15.376	38.027
Ativo não circulante	14.297	14.713	35.649	35.908

(i) Em 03/02/2025, o STF julgou o RE nº 1.490.708/SP, com repercussão geral reconhecida sob o Tema 1367, para reafirmar que a inconstitucionalidade da cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, situados em unidades federativas distintas, tem efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 (29.04.2021). Em abril de 2021, o STF já havia julgado a ADC 49, reconhecendo que não incide ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, modulando os efeitos da decisão nos termos destacados acima. Todavia, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão aplicando o entendimento do STF para operações realizadas antes de 2024, independentemente da existência de processos em curso até 29 de abril de 2021, o que provocou novo pronunciamento do STF para reafirmar a modulação temporal de efeitos estabelecida na ADC 49. Em 2024, a Companhia analisou os efeitos da modulação definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reconhecemos, em 31 de dezembro de 2024, uma perda no montante de R\$ 14.931, referente à baixa do saldo de ICMS a recuperar, registrada em contrapartida a outras despesas operacionais no resultado do exercício. No exercício de 2025, após novos desdobramentos e decisões, publicados pelo STF (Superior Tribunal Federal) no segundo semestre de 2025, a Companhia procedeu ao estorno da referida provisão, reconhecendo seus efeitos no resultado do exercício de 2025, veja nota explicativa 26.

12. Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros ativos - partes relacionadas (nota 13)	16.662	14.279	16.662	14.279
Adiantamento a colaboradores	660	594	1.212	1.077
Despesas a apropriar	1.247	1.835	1.262	2.601
Outros	1.153	1.376	1.610	2.595
Total	19.723	18.084	20.746	20.552
Ativo circulante	2.114	3.122	2.873	5.402
Ativo não circulante	17.609	14.962	17.873	15.150
Total	19.723	18.084	20.746	20.552

13. Partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas, e em condições acordadas entre elas:

a) Composição dos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas:

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil
	2025	2024						
Ativo								
Cientes de contas a receber e outros recebíveis (nota 9)								
Cellera Consumo Ltda.	24.482	12.644	2.550	-	-	-	-	2.550
Conta corrente - Partes relacionadas								
Cellera Consumo Ltda. (ii)	137.824	141.097	29.223	-	-	(837)	-	28.386
Mútuo a receber - Partes relacionadas								
Cellera Consumo Ltda. (iii)	20.249	15.638	2.998	-	-	17	(1.190)	1.825
Outros ativos (nota 12) e Patrimônio Líquido (nota 23)								
Onilton Visconde Júnior (i)	29.886	27.502	17.577	46	(465)	1.067	(3.040)	15.398
Total Ativo	212.440	196.881	4.512	15.109	-	(1.598)	-	18.023
Passivo								
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 17)								
Cellera Consumo Ltda.	(12.573)	-	2.634	69	(55)	514	(621)	2.569
Total Passivo	(12.573)	-	6.995	2.268	(7.064)	-	(7.379)	509
Total			66.489	17.492	(7.584)			69.259

(i) Os saldos referem-se a recebíveis do acionista Omilton Visconde Júnior, remunerados à IPCA + 5% a.a., reconhecidos em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido como transação com acionista não controlador, conforme previsto em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 2017. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto por R\$ 16.662 registrado na rubrica de outros ativos (Nota 12) e R\$ 13.224 referente a capital a integralizar (Nota 23). (ii) A Companhia mantém transações conta corrente com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período superior a 12 meses. Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o conta corrente seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação do ativo, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 41.600 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 44.120 em 2024) e reconhecido em contrapartida à linha de juros passivos em despesas financeiras. (iii) A Companhia mantém transações de mútuo com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período inferior a 12 meses. Os saldos ativos na controladora são corrigidos por 29,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (o mútuo era corrigido pela SELIC). Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o mútuo seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação dos ativos, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 20.248 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 15.638 em 2024), reconhecido em contrapartida à linha de juros com partes relacionadas em receitas financeiras. O mútuo foi quitado em sua totalidade no início do ano de 2026 no total de R\$ 20.248. **b) Transações com partes relacionadas que afetaram o resultado:**

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil
	2025	2024						
Receita (Nota 24)								
Cellera Consumo Ltda.	86.980	128.641	2.550	-	-	-	-	2.550
Total	86.980	128.641	30.060	27	(790)	787	(1.332)	2.998
Despesas								
Cellera Consumo Ltda.	(73.452)	(86.161)	4.228	-	-	(837)	-	29.223
Total	(73.452)	(86.161)	4.228	27	(790)	787	(1.332)	2.998
Receita/Despesa Financeira (nota 27)								
Cellera Consumo Ltda.	(112.586)	(88.934)	17.577	46	(465)	1.067	(3.040)	15.398
Total	(112.586)	(88.934)	17.576	54	(359)	1.166	(3.039)	15.398

Em 1º de janeiro

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil
	2025	2024						
Juros ativos com partes relacionadas	4.610	17.712	2.550	-	-	-	-	2.550
Juros com conta corrente - partes relacionadas	41.400	44.120	2.998	-	(2)	19	(1.191)	1.824
Total	46.010	61.832	5.548	14.994	(1)	1.731	-	18.022

Movimentação conta corrente a receber com partes relacionadas:

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil
	2025	2024						
Em 1º de janeiro	141.097	77.639	2.550	-	-	-	-	2.550
Juros incorridos (i)	41.400	44.120	2.998	-	(2)	19	(1.191)	1.824
Pagamento de mútuo	(67.747)	(14.062)	4.228	-	-	(837)	-	29.223
Mútuo concedido	23.074	33.400	17.577	46	(465)	1.067	(3.040)	15.398
Total	137.824	141.097	17.576	54	(359)	1.166	(3.039)	15.398

Movimentação mútuo a receber e contas a receber com partes relacionadas:

	Controladora		Aquisições	Baixa	Transfêrência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil
	2025	2024						
Em 1º de janeiro	15.638	40.669	2.550	-	-	-	-	2.550
Juros sobre mútuos (Nota 26)								

continuação
balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1 (CPC 26 (R1)). No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. 8. Caixa e equivalentes de caixa:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Banco e caixa (i), Aplicações financeiras (ii), Total.

(i) Os saldos em Banco e Caixa são para obrigações de curto prazo e não existe expectativa para utilização em investimentos ou outros propósitos. (ii) Referem-se a fundos de renda fixa e fundos referenciados DI(s), remunerados a taxas que estão entre 100% da variação do CDI, com liquidez diária, em 2024. Em 2025, referem-se à remuneração "floating" pelo saldo médio mantido em conta corrente, remunerados a taxas que estão entre 85% da variação do CDI, com liquidez diária. Esses investimentos não estão sujeitos a nenhum risco de perda do valor principal aplicado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Contas a receber de clientes, Contas a receber de partes relacionadas (Nota 14), Total.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber de clientes por idade de vencimento é apresentada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: A vencer, Vencidas: De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, Acima de 90 dias, Total de vencidas.

(i) Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Saldo a vencer, Vencidas: De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, Acima de 90 dias, Total de vencidas.

Movimentação da provisão para perda do valor recuperável do contas a receber de clientes:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Em 1 de janeiro, Reversão de provisões, Constituição de provisões, Em 31 de dezembro.

10. Estoques:
Produtos acabados
Matérias-primas e componentes
Produtos em elaboração
Importações em andamento

Os estoques acima estão reduzidos pela provisão para perdas nos estoques no total de R\$ 3.566 (R\$ 5.601 em 2024) na Controladora, e de R\$ 10.275 (R\$ 8.713 em 2024) no Consolidado. A provisão é constituída com base em seu valor realizável líquido e de acordo com a data de vencimento dos produtos, tanto da matéria-prima como dos produtos acabados. Demonstramos a seguir a composição da provisão para perdas, por rubrica dos estoques:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Produtos acabados, Matérias-primas e componentes, Total.

A movimentação na provisão para perdas nos estoques demonstrada líquida nos saldos acima está demonstrada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Em 1 de janeiro, Reversão de provisões, Constituição de provisões, Total.

11. Impostos a recuperar:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i), PIS - Programa de Integração Social, COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, Total.

(i) Em 03/02/2025, o STF julgou o RE nº 1.490.708/SP, com repercussão geral reconhecida sob o Tema 1367, para reafirmar que a inconstitucionalidade da cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, situados em unidades federativas distintas, tem efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 (29.04.2021). Em abril de 2021, o STF já havia julgado a ADC 49, reconhecendo que não incide ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, modulando os efeitos da decisão nos termos destacados acima. Todavia, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão aplicando o entendimento do STF para operações realizadas antes de 2024, independentemente da existência de processos em curso até 29 de abril de 2021, o que provocou novo pronunciamento do STF para reafirmar a modulação temporal de efeitos estabelecida na ADC49. Em 2024, a Companhia analisou os efeitos da modulação definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, uma perda no montante de R\$ 14.931, referente à baixa do saldo de ICMS a recuperar, registrada em contrapartida a outras despesas operacionais no resultado do exercício. No exercício de 2025, após novos desdobramentos e decisões, publicados pelo STF (Superior Tribunal Federal) no segundo semestre de 2025, a Companhia procedeu ao estorno da referida provisão, reconhecendo seus efeitos no resultado do exercício de 2025, veja nota explicativa 26.

12. Outros ativos:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Outros ativos - partes relacionadas (nota 13), Adiantamento a colaboradores, Despesas a apropriar, Outros, Total.

13. Partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas, e em condições acordadas entre elas:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: a) Composição dos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas:

Cellera Farmacêutica S.A.

Table with columns: Controladora, 2025, 2024. Rows: Ativo, Clientes de contas a receber e outros recebíveis (nota 9), Conta corrente - Partes relacionadas, Mútuo a receber - Partes relacionadas, Outros ativos (nota 12) e Patrimônio Líquido (nota 23), Total Ativo.

Passivo

Table with columns: Controladora, 2025, 2024. Rows: Fornecedores e outras contas a pagar (nota 17), Total Passivo.

(i) Os saldos referem-se à recebíveis do acionista Omilton Visconde Júnior, remunerados à IPCA + 5% a.a., reconhecidos em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido como transação com acionista não controlador, conforme previsto em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 2017. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto por R\$ 16.662 registrado na rubrica de outros ativos (Nota 12) e R\$ 13.224 referente a capital a integralizar (Nota 23). (ii) A Companhia mantém transações conta corrente com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período superior a 12 meses. Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o conta corrente seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação do ativo, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 41.600 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 44.120 em 2024) e reconhecido em contrapartida à linha de juros passivos em despesas financeiras. (iii) A Companhia mantém transações de mútuo com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período inferior a 12 meses. Os saldos ativos na controladora são corrigidos por 29,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (o mútuo era corrigido pela SELIC). Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o mútuo seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação dos ativos, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R\$ 20.248 no resultado do exercício de 2025 (R\$ 15.638 em 2024), reconhecido em contrapartida à linha de juros com partes relacionadas em receitas financeiras. O mútuo foi quitado em sua totalidade no início do ano de 2026 no total de R\$ 20.248. b) Transações com partes relacionadas que afetaram o resultado:

Table with columns: Controladora, 2025, 2024. Rows: Receita (Nota 24), Total.

Cellera Consumo Ltda.
Custos dos produtos vendidos
Despesas compartilhadas
Total
Receita/Despesa Financeira (nota 27)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Juros ativos com partes relacionadas, Juros com conta corrente - partes relacionadas, Total.

Movimentação conta corrente a receber com partes relacionadas:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Em 1º de janeiro, Juros incorridos (i), Pagamento de mútuo, Mútuo concedido, Total.

Movimentação mútuo a receber e contas a receber com partes relacionadas:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Em 1º de janeiro, Juros sobre mútuos (Nota 26), Pagamento de mútuo, Mútuo concedido, Total.

c) Remuneração pessoal chave da administração: O pessoal chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados, Bônus, Total.

A remuneração dos Administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo. Os benefícios de curto prazo para os administradores são os mesmos dos demais empregados. Os valores desses benefícios estão agregados à remuneração dos administradores. e) Controlador final: O controlador final é o VSA24 - Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes, representados por seu gestor Alpha P.E. Administração de Recursos Ltda., conforme Nota Explicativa nº 23, com uma participação de 79,70% do capital social da Companhia. 14. Investimentos em controlada:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Celera Consumo Ltda., Investimento em controlada.

b) Movimentação dos investimentos em controlada:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Em 1º de Janeiro de 2024, Resultado de equivalência patrimonial, Amortização, Em 31 de dezembro de 2024, Em 1º de Janeiro de 2025, Resultado de equivalência patrimonial, Amortização, Em 31 de dezembro de 2025.

(i) Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da controlada Cellera Consumo em julho de 2017. (ii) Contrato de distribuição originado na combinação de negócios pela aquisição da Cellera Consumo em 2017, relacionado ao contrato de exclusividade de distribuição de probióticos da marca Culturelle®. Contrato possui 5 anos de validade a partir do registro do produto, tendo início em 2019 até 2024. Em 2025, o contrato foi prorrogado por mais um ano, com vigência até 31 de dezembro de 2025, sem renovação adicional prevista.

c) Informações financeiras resumidas da controlada:
Cellera Consumo Ltda.
% Participação no capital
Ativo circulante
Ativo não circulante
Passivo circulante
Passivo não circulante
Patrimônio líquido
Total das receitas brutas do exercício
Lucro do exercício

Table with columns: Controladora, 2025, 2024. Rows: % Participação no capital, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total das receitas brutas do exercício, Lucro do exercício.

15. Imobilizado:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2024, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Baixa Depreciação, Saldo contábil 31/12/2024.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Baixa Depreciação, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: 01/01/2025, Aquisições, Baixa, Transferência, Adição Depreciação, Amortização, Saldo contábil 31/12/2025.

Atividade administrativa e de apoio: Os valores registrados nessa rubrica serão transferidos para as categorias definitivas do ativo imobilizado quando os respectivos ativos estiverem disponíveis para uso, momento a partir do qual se iniciará o reconhecimento da depreciação. Durante o exercício de 2025, peritos independentes avaliaram os bens móveis e imóveis, os quais utilizaram premissas relacionadas a valor de mercado, localização e potencial de uso dos ativos, mas não identificaram indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. Em 2025 houve a migração dos contratos da frota da Cellera Farma para a Cellera Consumo. O Grupo tem bens em garantia no montante de R\$40 milhões, atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. 16. Intangíveis:



Cellera Farmacêutica S.A.											
continuação											
Passivos controladora											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total	Risco	Nota	% provisão	Contas a receber	Provisão	Com problema de recuperação
				263.620	263.620	Muito baixo	5	0%	170.558	-	Não
				672	672	Baixo	4	0%	119	-	Não
				45.124	45.124	Moderado	3	50%	52	26	Não
				47.493	47.493	Alto	2	100%	110	53	Sim
				309.416	309.416	Muito alto	1	100%	5.505	5.505	Sim
									176.344	(5.583)	
Segundo nível: Desconsiderando os títulos do primeiro nível classificados como vencidos, a classificação de segundo nível é realizada com base em associações de créditos. Com base no Rating, a Administração atribuiu notas de 1 a 5, e utilizou a média dos doze últimos meses, de forma a determinar o percentual de a ser aplicado para fins de redução do valor recuperável. Abaixo quadro que demonstra a classificação de risco definida pelo Grupo.											
Passivos controladora											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total	Risco	Nota	% provisão	Contas a receber	Provisão	Com problema de recuperação
				278.719	278.719	A	3	0%	170.041	-	Não
				7.853	7.853	B	2	15%	93	14	Não
				47.493	47.493	C	1	50%	424	212	Não
				334.065	334.065				170.588	226	
									5.785	5.583	
									176.344	5.809	
Caixa e equivalentes de caixa: O Grupo mantém o "Caixa e equivalentes de caixa" com bancos e instituições financeiras que possuem rating superior a BB-, baseado na agência de rating Standard & Poor's Global Ratings.											
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				314	314						
				314	314						
				9.179	9.179						
				170.535	170.535						
				20.746	20.746						
				200.460	200.460						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				2.059	2.059						
				2.059	2.059						
				30.903	30.903						
				164.780	164.780						
				20.552	20.552						
				216.235	216.235						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				2.059	2.059						
				2.059	2.059						
				30.903	30.903						
				164.780	164.780						
				20.552	20.552						
				216.235	216.235						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				246.848	246.848						
				9.687	9.687						
				97.262	97.262						
				353.797	353.797						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2025											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											
31 de dezembro de 2024											
Nota	Valor justo - Instrumentos derivativos	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor contábil Total	Valor justo Nível 2 Total						
				278.719	278.719						
				7.853	7.853						
				124.316	124.316						
				409.072	409.072						
Ativos consolidados											

continuação

Cellera Farmacêutica S.A.

administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria Cellera Farmacêutica S.A. sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2026

PwC PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P027613/F-1

José Nestor Gava Filho
Contador
CRC 15P248379/O-7

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Journal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 34.337.707/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas período findo em 31 de dezembro de 2025 da BMP Sociedade de Crédito Direto S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Balanco Patrimonial levantado em 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)
Ativo Circulante
Disponibilidades
Caixa e Equivalentes de Caixa
Reservas Livres
Reservas Terceiros
Operações de crédito
Setor privado
Outros créditos
Não Circulante
Permanente
Imobilizado de uso
Total do ativo

Demonstrações do resultado para os exercícios e semestres findos em 2025 e 2024
Receitas da Intermediação Financeira
Despesas da Intermediação Financeira
Resultado Bruto da Intermediação Financeira
Outras Receitas/Despesas Operacionais
Resultado Operacional
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro
Imposto de Renda e Contribuição Social
Lucro Líquido do Período

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto operacional: A BMP Sociedade de Crédito Direto S.A., (a qual neste relatório, quando necessário, será denominada de "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, constituída pelas disposições da Resolução CMN nº 4.656 de 26 de abril de 2018 do Conselho Monetário Nacional (posteriormente revogada pela Resolução CMN 5.050 de 25 de novembro de 2022) e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de junho de 2019, tendo iniciado as operações em outubro de 2019. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BCEN") e da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976 alterada pela Lei nº 11.638/2007 e 11.941/2009. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BCEN. As demonstrações financeiras, quando aplicável, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment - de títulos e valores mobiliários classificadas nas categorias "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 11 de março de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações. 3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação: Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atuais, mas que entraram em vigor durante o período de 2025: Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são: 3.1- A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência. 3.2- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negociação da Instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa, e não mais com base na intenção. 3.3- As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas. 3.4- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade. 3.5- Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução. Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, de 1 de dezembro de 2023. Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26 de julho de 2024, Instruções Normativas BCB nº 537 a 543, de 05 de novembro de 2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor. 4. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) Caixa e equivalentes de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - "Demonstrações dos Fluxos de Caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente convertíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Instrumentos Financeiros: 1. Classificação dos instrumentos financeiros: Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. A Instrução administrativa classifica os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir: Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais; Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro. Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios. A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPJJ). Para determinar o modelo de negócios, a Instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPJJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado. II. Mensuração dos instrumentos financeiros: A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber: Custo Amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato. Ao valor justo em outros resultados abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025
Reserva de Lucros
Saldo em 01 de janeiro de 2024
Lucro líquido do semestre
Transferência para reserva estatutária
Distribuição de Lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2024
Mutações do período
Saldo em 01 de janeiro de 2025
Lucro líquido do semestre
Transferência para reserva estatutária
Distribuição de Lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2025
Mutações do período
Saldo em 30 de junho de 2024
Lucro líquido do semestre
Transferência para reserva estatutária
Distribuição de Lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2024
Mutações do período
Saldo em 30 de junho de 2025
Lucro líquido do semestre
Transferência para reserva estatutária
Distribuição de Lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2025
Mutações do período

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto dos exercícios e semestres findos em 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado
Imposto de renda e contribuição social
Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Variação de ativos e obrigações
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento
Aumento em caixa e equivalentes de caixa

6. Operações de Crédito: a) Resumo da Carteira de Crédito:
Composição Carteira
Crédito Pessoal - Consignado
Crédito Pessoal
Capital de Giro
Financiamentos
Crédito Direto ao Consumidor
Nota Comercial
Total
b) Provisão associada a risco de Crédito:
Provisão de Perdas
Empréstimos
Perdas Incorridas
Perdas Esperadas
Financiamentos
Perdas Incorridas
Perdas Esperadas
Nota Comercial
Perdas Esperadas
Total da Provisão
c) Movimentação da provisão para perdas esperadas e incorridas:
Movimentação
Saldo Inicial
Constituição Líquida
Baixas (créditos irreversíveis)
Total
7. Outros créditos:
Descrição
Impostos e Contribuições a compensar
Cessões de créditos a processar
Adiantamentos a Fornecedores
Crédito Tributário Diferido
Diversos
Total
A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:
8. Outras obrigações: a) Fiscais e previdenciárias:
Descrição
Provisão para o imposto de renda e contribuição social
Pis/Cofins a recolher
Outros impostos e Contribuições a recolher
Total

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:
Descrição
Disponibilidades
Total
Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação		BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.	
b) Diversas			
Descrição	31/12/25	31/12/24	
Comissões a pagar	59.209	64.608	
Operações de crédito a liquidar	186.338	67.506	
Provisão pagamentos a efetuar	1.568	292	
Total	247.115	132.406	
9. Provisão para passivos contingentes: Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2025 em 31 de dezembro de 2024 as contingências relacionadas a processos trabalhistas, contingências de tributários e processos cíveis não foram constituídas, motivado pela inexistência absoluta de tais processos decorrentes da recente constituição da Instituição. As declarações de rendimentos da Instituição estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes aos períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação pelas autoridades fiscais. 10. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é constituído por 7.000.000 ações ordinárias, com valor nominal no valor total de R\$ 7.000. b) Reservas de lucros: O saldo das Reservas de Lucros é assim composto: (a) Reserva legal no montante de R\$ 1.400, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024; (b) Outras Reservas de Lucros no montante de R\$ 157.540 (R\$ 154.448 em 31 de dezembro de 2024). O Estatuto Social prevê que do lucro líquido do exercício, serão destinados: 5% para o Fundo de Reserva Legal (FRL), até atingir 20% do capital social; 25% para dividendo aos acionistas, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. 11. Conta de Pagamento Pré – paga: Contas de pagamentos pré-paga no montante de R\$ 41.340 relacionadas a saldo de moeda eletrônica mantidas em contas de pagamento pré-paga, que constituem a Reserva de Terceiros, que não se confundem com o capital da Instituição, conforme art. 12 da Lei nº 12.855, de 9 de outubro de 2013. 12. Despesa de Honorários: (a) Honorários:			
Descrição	31/12/25	31/12/24	
Honorários da Administração (18)	237	419	
Total	237	419	
b) Com Pessoal:			
Descrição	31/12/25	31/12/24	
Despesas De Pessoal – Benefícios	1.404	–	
Despesas De Pessoal – Encargos Sociais	4.888	–	
Despesas De Pessoal – Proventos	15.824	–	
Despesas De Pessoal – Treinamento	22	–	
Total	22.138	–	
13. Outras Despesas Administrativas:			
Descrição	31/12/25	31/12/24	
Despesas De Aluguéis	376	167	
Despesas De Comunicações	74	143	
Despesas Filantrópicas	–	316	
Despesas De Manutenção E Conservação	–	19	
De Bens	60	76	
Despesas De Material	–	19	
Despesas De Pessoal	–	3.511	
Despesas De Processamento De Dados	106.623	79.477	
Despesas De Promoções e Relações Públicas	254	363	
Despesas De Propaganda E Publicidade	143	21	
Despesas De Serviços Do Sistema Financeiro (A)	2.785	1.596	
Despesas De Serviços De Terceiros (B)	17.525	8.873	
Despesas De Transporte	194	165	
Despesas Área Comercial	24.970	47.581	
Outras	2.647	1.215	
Total	155.651	143.523	
(a) Referem-se principalmente a despesas bancárias; (b) Referem-se principalmente a despesas com serviços despachantes. 14. Outras Despesas Operacionais:			
Descrição	31/12/25	31/12/24	
Despesas de Operações De Crédito	181.881	62.911	
Despesas não dedutíveis – Doações	231	107	
Fraude – Ataque Cibernético (a)	174.337	–	
Outras	–	336	
Total	356.449	63.354	
(a) A administração informa que em 30/06/2025 sofreu o desvio de R\$ 241.511 decorrente de incidente de cibersegurança junto ao provedor de serviços de tecnologia da informação “PSTI” responsável por fazer a comunicação eletrônica de dados entre Instituições Financeiras e o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Este evento comprometeu exclusivamente a infraestrutura do PSTI e permitiu acesso indevido às contas reserva de oito Instituições Financeiras. A Instituição diligentemente tomou todas as medidas de segurança, operacionais e legais. Reforçamos que nenhum Cliente da Instituição foi impactado ou teve seus recursos acessados. 15. Despesas Tributárias:			
Descrição	31/12/25	31/12/24	
Despesas com Cofins	19.789	11.714	
Despesas com Pis	4.288	2.538	
Despesas com ISS	1.339	586	
Outros Impostos e Taxas	107	–	
Total	25.523	14.838	
16. Outras Receitas Operacionais:			
Descrição	31/12/25	31/12/24	
Lucros em Operações de Venda de Ativos	–	–	
Financeiros – Cessão De Crédito	580.358	366.389	
Outras Rendas Operacionais	–	190	
Total	580.358	366.579	
17. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período pode ser assim demonstrada:			
		31/12/25	31/12/24
Imposto de Contribuição Renda Social			
		99.003	99.003
Adições		3.063	3.063
Total das adições		3.063	3.063
Exclusões		(1.698)	(1.698)
Total das exclusões		(1.698)	(1.698)
Base do imposto de renda e da contribuição social		100.368	100.368
Aliquotas: IR (25%) CS (9%)		25.068	9.033
Imposto de renda/Contribuição Social no exercício		25.068	9.033
Aliquota Efetiva		25,3%	9,1%
Imposto de Contribuição Renda Social			
		169.689	169.689
Adições		2.065	1.650
Total das adições		2.065	1.650
Exclusões		2.065	1.650
Total das exclusões		(1.494)	(1.494)
Base do imposto de renda e da contribuição social		170.260	169.845
Aliquotas: IR (25%) CS (9%)		42.565	15.286
Incentivo Fiscal		(439)	–
Imposto de renda/Contribuição Social no exercício		42.114	15.282
Aliquota Efetiva		24,8%	9,0%
18. Transações com partes relacionadas: Em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas, a Instituição definiu como pessoal-chave da administração os membros da Diretoria, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades. A remuneração do pessoal-chave da administração, relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, encontra-se devidamente provisionada e está apresentada na Nota Explicativa nº 12a. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Instituição realizou operações com partes relacionadas, conforme detalhado a seguir:			
Ativo	31/12/25	31/12/24	
Bmp sociedade ao microempreendedor Ltda.	24.754	–	
Total	24.754	–	
Passivo	31/12/25	31/12/24	
Fultech tecnologia e serviços Ltda.	43.118	8.000	
Multiplex serviços e gestão financeira Ltda.	22.095	–	
Total	65.213	8.000	
19. Limites Operacionais: A Instituição está enquadrada no Segmento 5 (S5) optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRSS, conforme Res. 4.606/17, apurado pelo Banco Central do Brasil. Basileia III – Indicadores de Risco – S5			
		31/12/25	31/12/24
Patrimônio de Referência Simplificado		165.940	162.848
Limite para Imobilização (LI)		82.970	81.424
Valor da margem para imobilização		82.970	81.424
20. Outras Informações: Outros Serviços Prestados Pelos Auditores Independentes: Informamos que a Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não contratou serviços da RUSSELL BEDFORD BRASIL S/S Auditores Independentes relacionados à Instituição, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente, tampouco promover seus interesses. 21. Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Em cumprimento à legislação específica e à melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância com a gestão de riscos e controles internos. Todos nossos colaboradores e prestadores de serviços foram inseridos no programa de treinamento de PLD – Prevenção à lavagem de Dinheiro. 22. Gerenciamento de Estrutura de Capital: Em atendimento à Resolução nº. 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a Instituição está em processo de implantação de uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. 23. Gerenciamento de riscos: Gestão de Risco Operacional: A Instituição está desenvolvendo ações visando à implantação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, e os relatórios de gerenciamento de risco operacional. Gestão de Risco de Mercado: A Instituição está em fase de implantação de controles de risco de mercado para atender as exigências da Resolução nº. 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. 24. Eventos Subsequentes: Após 31 de dezembro de 2025, ocorreram alterações na composição da administração da Companhia, incluindo membros da diretoria e pessoal-chave. Eventuais efeitos financeiros decorrentes dessas alterações serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício subsequente, conforme aplicável. A Administração avaliou a natureza desses eventos e concluiu que não há efeitos que demandem ajuste nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente.			
		Carlos Eduardo Benitez – Diretor	
		José Roberto Batista – CRC – ISP171350/0-5	

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ABJ Concessões CGH SPE Ltda.

CNPJ nº 54.737.187/0001-30 - NIRE nº 35.263.674.010

Instrumento Particular de Alteração e Transformação de Sociedade Limitada Unipessoal em Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento particular de alteração, o signatário abaixo assinado: Aldo José de Castro Braga Júnior, brasileiro, publicitário, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 21 de Abril de 1977, portador da cédula de identidade RG n. M-5.215.727 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n. 691.725.601-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Comandante Ismael Guilherme, nº 165, Jardim Luzitânia - CEP: 04031-120. Único sócio componente da Sociedade Limitada Unipessoal denominada "ABJ Concessões CGH SPE Ltda", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.737.187/0001-30, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Balthazar da Veiga, nº 634, 8º Andar, Vila Nova Conceição - CEP: 04510-001, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUICESP") sob o NIRE nº 35.263.674.010, resolve neste ato, alterar o contrato social, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:
Cláusula Primeira - Neste ato, o sócio resolve transformar a Sociedade Limitada Unipessoal em Sociedade Anônima, passando a denominar-se AMOS Brazil S.A., a ser regida por Estatuto Social, em conformidade com as normas da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e em continuação e sucessão da Sociedade Limitada Unipessoal, não havendo, portanto, constituição de nova sociedade, mas apenas transformação do tipo jurídico adotado com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.
Cláusula Segunda - O Capital Social da Sociedade, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passará a ser representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas nesta data em moeda corrente nacional, distribuídas entre os acionistas consoantes especificados no Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante e indissociável deste instrumento com Anexo I.
Cláusula Terceira - Neste ato, altera-se o objeto social da Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação: "A sociedade tem por objeto social os serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; aluguel de imóveis próprios; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; estacionamento de veículos; e serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente".
Cláusula Quarta - Adotar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, parte integrante desta Ata na forma do Anexo II, a ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUICESP"), pelo qual se regerá esta Companhia.
Cláusula Quinta - Definiu-se pela não instalação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para a Companhia neste momento, decidindo pela administração da Companhia uma Diretoria, composta por apenas um membro, que será empossado no cargo de Diretor Presidente. Neste ato, é eleito para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Aldo José de Castro Braga Júnior, brasileiro, publicitário, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 21/04/1977, portador da cédula de identidade RG n. M-5.215.727 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o n. 691.725.601-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Comandante Ismael Guilherme, nº 165, Jardim Luzitânia - CEP: 04031-120, com mandato pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. O Diretor Presidente ora eleito, declara sob a pena da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Declara ainda, que não tem interesse conflitante com a Companhia e que não ocupa cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal. E assim, assina o presente instrumento particular de alteração e transformação em 3 (três) vias de igual teor e forma. São Paulo, 07 de abril de 2025.
Sócio: Aldo José de Castro Braga Júnior CPF/MF nº 691.725.601-34; Visto da Advogada: Thayná Tozzo Martins CPF: 425.244.288-50, OAB/SP: 466.301, ANEXO II AMOS Brazil S.A. CNPJ/MF nº 54.737.187/0001-30, Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração - Artigo 1º - A Companhia denominada AMOS Brazil S.A. é uma sociedade anônima com capital fechado, que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.
Artigo 2º - A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Balthazar da Veiga, nº 634, 8º Andar, Vila Nova Conceição - CEP: 04510-001, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, sucursais, depósitos, escritórios ou outras dependências, em qualquer parte do território nacional.
Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.
Capítulo II - Do Objeto - Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social os serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; aluguel de imóveis próprios; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; estacionamento de veículos; e serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.
Capítulo III - Do Capital e Ações - Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias e sem valor nominal.
Artigo 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas.
Capítulo IV - Das Assembleias Gerais - Artigo 7º - A Assembleia geral reunir-se-á ordinariamente nos dias 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se, ainda, extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem, antecedência da data designada, informando, data, hora, local da reunião e as matérias que farão parte da ordem do dia.
Artigo 12 - Caberá, ao Diretor Presidente da Companhia, isoladamente, ou outros dois Diretores sem designação específica, em conjunto, os poderes para a prática dos atos necessários e/ou convenientes à administração da Companhia, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, inclusive perante quaisquer repartições federais, estaduais e municipais, a administração, orientação e direção dos negócios sociais, observado o disposto no Parágrafo Único deste artigo, além dos poderes abaixo mencionados: i. Administrar e superintender os negócios da Companhia, podendo vender, permutar, adquirir, ou, por qualquer forma, onerar os bens móveis em nome da Companhia, determinando os respectivos preços, termos e condições. ii. Assinar todos e quaisquer documentos que impliquem responsabilidade ou obrigação da Companhia, inclusive cheques, ordens de pagamento e outros, observado o disposto no Parágrafo Único deste artigo. iii. Transferir reservas de capital, de conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie. iv. Realizar as transações entre a Companhia e qualquer subsidiária e seus empregados, diretores, quotistas ou acionistas; e v. Assinar procurações outorgadas pela Companhia, as quais além de mencionarem expressamente os poderes conferidos deverão ter, salvo as para fins judiciais, prazo de vigência limitada.
Parágrafo Único - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer um dos sócios, diretores, procuradores ou funcionários que envolverem a Companhia em negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, situações estas que deverão ter aprovação da maioria absoluta do capital social, devidamente aprovadas por assembleia geral.
Artigo 13 - O Diretor Presidente poderá, ainda, convocar assembleia geral de acionistas a qualquer tempo.
Artigo 14 - Nas ausências e impedimentos temporários de membros da Diretoria, observar-se-á a seguinte orientação: (a) o Diretor Presidente será substituído por qualquer dos Diretores sem designação específica; e (b) os Diretores sem designação específica substituir-se-ão uns aos outros.
Parágrafo Único - A vacância, ausência e/ou impedimento temporário de qualquer dos cargos da Diretoria, não importa necessariamente em substituição ou acúmulo de cargos, podendo a Companhia ser administrada pela Diretoria com sua composição mínima, ou outra superior, de acordo com o disposto no Artigo 10.
Artigo 15 - A Diretoria poderá autorizar a Companhia a adquirir ações próprias para a permanência em tesouraria, até o valor do saldo de lucros e/ou reservas, exceto a legal, sem a redução do capital social.
Parágrafo Único - As ações próprias adquiridas pela Companhia, enquanto em tesouraria, não terão direito a dividendo e voto.
Capítulo VI - Do Conselho Fiscal - Artigo 16 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não.
Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela assembleia geral ordinária e exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, permitida a reeleição.
Capítulo VII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 17 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base neste Estatuto Social e na legislação aplicável, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, submetendo-as à deliberação da assembleia geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento, e dos auditores independentes, se houver.
Parágrafo Primeiro - O lucro líquido apurado em cada exercício, poderá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, desproporcionalmente à participação de cada um do capital social.
Parágrafo Segundo - Poderá a assembleia geral, por proposta, destinar parte do lucro líquido para a formação de outras reservas previstas por lei.
Parágrafo Terceiro - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo à conta de lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá, ainda, levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos da Lei 6.404/76.
Parágrafo Quarto - A Diretoria poderá, também, declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço realizado pela Companhia.
Capítulo VIII - Da Cessão, Da Dissolução, Extinção, Liquidação e Continuidade da Companhia - Artigo 18 - Nenhum dos acionistas poderá ceder ou transferir a terceiros suas ações, no todo ou em parte, sem primeiro notificar os outros sócios, que, tendo mais de um sócio interessado, terão direito de preferência nas mesmas condições ofertadas e proporcionalmente a sua participação no capital social. A fim de dar cumprimento ao disposto neste Artigo, o sócio que desejar ceder ou transferir suas ações dará, aos outros sócios, notificação por escrito, informando o seu desejo de ceder ou transferir as ações e as condições de tal cessão ou transferência. Ao receber tal notificação, os outros sócios terão o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento, para informar se deseja ou não exercer o direito de preferência, em proporção às quotas que possuir. Caso não o deseje, a cessão ou transferência poderá ser feita a terceiros, nas condições previstas na notificação.
Parágrafo Primeiro - No caso de um dos acionistas desejar retirar-se da Companhia, deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres, apurados em balanço especial levantado especialmente para essa finalidade, serão pagos em até 20 (vinte) prestações, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da finalização do balanço especial.
Parágrafo Segundo - A Companhia não se dissolverá pelo impedimento, retirada, insolvência ou falência de qualquer dos acionistas, efetuando-se a apuração de seus haveres na forma do disposto no Parágrafo Primeiro acima.
Artigo 19 - A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação em assembleia geral.
Artigo 20 - Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, exceto no caso de liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia geral. Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, dividido entre os acionistas de acordo com a participação de cada um do capital social, na data da liquidação.
Capítulo IX - Da Legislação Aplicável e Foro - Parágrafo Único - Os trabalhos da assembleia geral, por maioria dos votos, serão dirigidos apenas pelo presidente da mesa, o qual poderá escolher alguém para secretariá-lo, se for o caso.
Artigo 8º - A convocação de qualquer assembleia geral, ordinária ou extraordinária, deverá ser feita mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, local, data e hora da assembleia, ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, indicação da matéria, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76.
Parágrafo Primeiro - Independentemente do disposto no caput deste artigo 8º, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas.
Parágrafo Segundo - Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, na forma do art. 126, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, sendo então considerado presente à assembleia.
Artigo 9º - As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria absoluta das ações com direito a voto, correspondendo a cada ação ordinária um voto.
Capítulo V - Da Diretoria Da Companhia - Artigo 10 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo 01 (um) e no máximo 05 (cinco) membros, pessoas naturais, residentes no Brasil, devendo haver obrigatoriamente um Diretor Presidente, e os demais, se existentes, Diretores sem designação específica, eleitos pelo mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.
Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos em até 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.
Parágrafo Segundo - A qualquer tempo e sem motivo justificado, poderão os acionistas promover a substituição e/ou exclusão dos membros da Diretoria, caso em que os acionistas se comprometem a tomar todas as providências cabíveis para a instalação de assembleia geral destinada a tanto.
Parágrafo Terceiro - A remuneração global da Diretoria será fixada, anualmente, mediante deliberação em assembleia geral, levando-se em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, conforme estabelece o artigo 152 da Lei nº 6.404/76.
Artigo 11 - A convocação de qualquer reunião de Diretoria poderá ser feita pelo Diretor Presidente, ou quaisquer outros dois Diretores em conjunto com, pelo menos, 7 (sete) dias de.
Artigo 21 - Fica eleito o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias decorrentes deste Estatuto Social.
Artigo 22 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76.
Aldo José de Castro Braga Júnior - Acionista; Lucio Da Costa Carmo Terra Barth - Acionista. Visto da Advogada: Thayná Tozzo Martins - CPF: 425.244.288-50 - OAB/SP: 466.301. Juicesp sob o NIRE 3530066589-9 e registrada sob o nº 180.342/25-3 em 05/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

Akaer Engenharia S.A.

CNPJ/ME nº 65.047.250/0001-22 - NIRE 35.300.474.665

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 20 de janeiro de 2026, às 10 horas, na sede da Akaer Engenharia S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Melo, CEP 12247-014.
2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas, conforme art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76.
3. Composição da Mesa: Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretária: Juliana Santos Araújo.
4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) exame e votação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) apreciação das contas dos administradores, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024; e (iii) a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e distribuição de dividendos.
5. Deliberações: Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram:
5.1. Aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, na qual foi apurada, após IRPJ e CSLL, o prejuízo líquido no valor de R\$ 3.707.644,45 (três milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).
5.2. Aprovar as contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024; e
5.3. Não distribuir dividendos aos Acionistas e não constituir reservas devido à apuração de prejuízos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata, em seguida, foi lida a todos, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São José dos Campos, 20 de janeiro de 2026. Mesa: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva - Presidente; Juliana Santos Araújo - Secretária. Acionistas: Akaer Participações S.A. (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva); FG Empreendimentos e Participações Ltda. (Francilio Graciano). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 99.854/26-0 em 25/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/NF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na cidade de Ribeirão Pires/SP, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaina, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Ribeirão Pires, 31 de março de 2025. A Diretoria. (01, 02 e 03/04/2026)

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10h do dia 09 de abril de 2026 na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://enurtador.com.br/roXw. A assinatura da respectiva Ata se fará por meio digital e ser disponibilizado, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:
• Abertura de nova filial da companhia no Aeroporto da Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia informa que os documentos elencados na Lei 6.404/76 estarão à disposição dos Senhores Acionistas para livre consulta. São Paulo, 30 de março de 2026. Leonardo Rosendo Fiuzza - Diretor. (01, 02 e 03/04/2026)

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 - NIRE 35.300.361.130 - CVM 24112 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a Ser Realizada em 30 de abril de 2026

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 16h00, de forma exclusivamente digital, por meio de participação pelo sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias, da ordem do dia:
(1) Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal;
(2) Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
(3) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. O quórum necessário para a instalação da AGO é de 1/4 (um quarto) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGO em segunda convocação. A AGO realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da LSA, as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGO. Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal se encerra na data da presente AGO, em cumprimento ao artigo 5º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), e nos termos do artigo 161 da LSA, combinado com o artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações ordinárias solicitar a instalação do Conselho Fiscal. Instruções Gerais. Nos termos do artigo 126 da LSA, os acionistas titulares de ações escriturais mantidas junto à Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú") ou à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") poderão participar da AGO:
(i) pessoalmente ou por seus representantes legais; ou
(ii) por procuradores devidamente constituídos, em qualquer caso, de forma digital. As procurações deverão ser outorgadas em conformidade com o artigo 126 da LSA. As diretrizes sobre a documentação exigida, conforme o caso, estão resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGO. Participação. Acionistas que desejem participar da AGO deverão efetuar o seu cadastro na Plataforma Digital até 28 de abril de 2026 (inclusive), em conformidade com a RCVM 81, observando as etapas abaixo:
(i) Acessar o seguinte endereço eletrônico: https://assembleia.ten.com.br/719275915;
(ii) Realizar o cadastro no endereço eletrônico acima, criando login e senha únicos, e enviar a documentação exigida indicada abaixo;
(iii) Caso a Plataforma Digital indique pendências de informações ou documentos, providenciar as complementações solicitadas; e
(iv) Uma vez aprovado o cadastro, acessar o mesmo endereço eletrônico na data e horário agendados para a AGO. Recomenda-se acessar a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, uma vez que não será permitida a entrada após o início da AGO. O acionista deverá apresentar os seguintes documentos:
(i) se pessoa física: documento de identificação original com foto (identidade, RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável;
(ii) se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e
(iii) se fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais. Após a análise da solicitação, os acionistas com cadastro devidamente regularizado receberão e-mail de confirmação de aprovação do cadastro. Caso o acionista não receba o e-mail de confirmação em até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail invest@voeazul.com.br. Boletim de Voto a Distância. Os acionistas poderão exercer seu direito de voto na AGO por meio de boletim de voto a distância ("Boletim" ou "BVD"), nos termos da RCVM 81. O Boletim será disponibilizado pela Companhia na Plataforma Digital, em seu website de Relações com Investidores (https://ri.voeazul.com.br), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br). Os acionistas que optarem por exercer o voto a distância poderão:
(i) preencher o Boletim, nos termos das instruções abaixo, e submetê-lo diretamente à Companhia por meio da Plataforma Digital conforme instruções contidas abaixo;
(ii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, de acordo com os seus procedimentos e documentação exigida;
(iii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto à instituição custodiante, que as enviará à Central Depositária da B3, observados seus procedimentos e documentação exigida; ou
(iv) caso detenham ações de emissão da Companhia mantidas na escrituração do escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú, encaminhar as instruções de voto ao Itaú, em conformidade com seus procedimentos e documentação exigida. Nos termos do artigo 27 da RCVM 81, o prazo limite para recebimento do BVD diretamente pela Companhia ou por prestadores de serviços habilitados à coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é 26 de abril de 2026 (inclusive). Os BVDs recebidos após essa data não serão considerados válidos para o cômputo de votos. As diretrizes detalhadas para o exercício do direito de voto por meio do Boletim estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGO. A Proposta da Administração, contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGO e dos procedimentos para participação, encontra-se disponível na sede da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (https://ri.voeazul.com.br/), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/), da B3 (https://www.b3.com.br/), e da U.S. Securities and Exchange Commission - SEC (https://www.sec.gov/), nos termos do artigo 124, § 6º e do artigo 135, § 3º, da LSA e do artigo 7º da RCVM 81. Barueri/SP, 31 de março de 2026. David Gary Neeleman - Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Easyseg Tecnologia S.A.

CNPJ nº 36.429.771/0001-46 - NIRE 3530054948-1
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data/Hora: 10.08.2025 às 13hs. **Local:** Na sede da "Companhia" Easyseg Tecnologia S.A., localizada à rua Pascal nº 799, bairro Campo Belo, CEP: 04616-002 no município de São Paulo/SP. **Convocações e Presença:** Face à presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, foram dispensadas as formalidades de convocação. **Composição da Mesa:** Presidente Sr. Anderson Bittencourt Cunha e Secretário o Sr. Wagner Machado Cici. **Membros da Diretoria:** Diretor Presidente Sr. Anderson Bittencourt Cunha e o Diretor Executivo Sr. Wagner Machado Cici. **Ordem do Dia:** 1. Alteração das atividades econômicas da matriz e suas filiais. 2. Alteração do endereço da filial. 3. Consolidação do estatuto social. **Item 01** - Alterar as atividades econômicas da matriz e de suas filiais, conforme passa a expor: **Matriz**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0001-46, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3530054948-1, com sede e foro à rua Pascal, nº 799, bairro Campo Belo, CEP 04616-002 no município de São Paulo/SP, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Filial 01**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0002-27, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4392001639-7, com sede à rua Arabutã, nº 521, bairro Navegantes, CEP 90240-470, no município de Porto Alegre/RS, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Filial 02**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0003-08 (registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4190194930-6 com sede à rua Brasília Itiberê, nº 4071, bairro Água Verde, CEP 80240-060, no município de Curitiba/PR, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Filial 03**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0004-99, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3590677192-6, com sede à rua Barão de Jaguará, nº 1481, andar 7, conjunto 77, bairro Centro, CEP 13015-910, no município de Campinas/SP, que terá as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Item 02** - Alteração do endereço da Filial 01, inscrita no CNPJ sob o nº 36.429.771/0002-27 e NIRE nº 43920016397, que passa a ser localizada à Avenida Lavras, nº 144, bairro Petrópolis, CEP 90460-040, no município de Porto Alegre/RS. **Item 03** - Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações ora deliberadas, conforme anexo denominado como documento nº 01. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa oferece a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a solicitou, declarou encerrados os trabalhos e suspende a assembleia pelo tempo necessário a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão esta ata foi lida, aprovada e assinada em 04 (quatro) vias de igual teor. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata Lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 10 de agosto de 2025. JUCESP nº 351.190/25-9 em 08/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - Sob a denominação de **Easyseg Tecnologia S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto, nos termos da Lei nº 6.404/76 somada a legislação aplicável nos casos omissos. **Artigo 2º** - A sociedade tem a sua sede e foro jurídico no município de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Pascal, nº 799, bairro Campo Belo, CEP 04616-002, podendo sua administração estabelecer, onde convier, agências, filiais, sucursais e representações. **Parágrafo único** - A sociedade possui as seguintes filiais, que exercem as mesmas atividades econômicas da matriz, descritas no artigo 3º: **Filial 01**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0002-27, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4392001639-7, com sede à rua Arabutã, nº 521, bairro Navegantes, CEP 90240-470, no município de Porto Alegre/RS. **Filial 02**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0003-08, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 4190194930-6 com sede à rua Brasília Itiberê, nº 4071, bairro Água Verde, CEP 80240-060, no município de Curitiba/PR. **Filial 03**, inscrita no CNPJ nº 36.429.771/0004-99, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3590677192-6, com sede à rua Barão de Jaguará, nº 1481, andar 7, conjunto 77, bairro Centro, CEP 13015-910, no município de Campinas/SP. **Artigo 3º** - A sociedade tem como objeto social as seguintes atividades econômicas: Monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, aluguel de máquinas e equipamentos de segurança eletrônica, reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, instalação e manutenção elétrica, instalação de máquinas e equipamentos industriais, instalação de equipamentos de segurança eletrônica, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para segurança eletrônica, comércio varejista de equipamentos de segurança, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, limpeza em prédios e em domicílios, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade denominada **Easyseg Tecnologia S.A.** é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, dividido em 300.000 (trezentos mil) ações ordinárias, de valor unitário de R\$1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo único** - O direito de preferência para subscrição do aumento do capital social deverá ser exercido pelo acionista no prazo máximo de 30 dias da data da publicação, no órgão oficial, do competente aviso, sob pena de decadência. **Artigo 6º** - As ações ou títulos que as representem serão assinadas por dois diretores e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 7º** - A assembleia reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, em dia, hora e local previamente anunciadas pela imprensa, como manda a lei, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, com observância dos preceitos legais. **Parágrafo único** - A assembleia geral será convocada pelo Conselho de Administração e será presidida e secretariada por quem os acionistas presentes escolherem. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 8º - Da administração.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no País e eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** - O Conselho de Administração, eleito pela assembleia geral ordinária com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, será composto de no mínimo, dois membros efetivos, todos acionistas e residentes no País. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração serão empossados pela assembleia geral que os eleger mediante termo lavrado e assinado no "Livro de Atas do Conselho de Administração". **Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração reunir-se-á no mesmo dia de sua investidura para escolher o seu Presidente. **Parágrafo 3º** - O Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas ausências e ou impedimentos por qualquer dos outros conselheiros a ser escolhido em reunião do Conselho de Administração. **Parágrafo 4º** - No caso de vacância de cargo de conselheiro, um substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes. Se ocorrer vacância na maioria dos cargos, uma assembleia geral será convocada para proceder a nova eleição. **Artigo 10º** - O Conselho de Administração terá os poderes e as atribuições que a lei faculta. **Artigo 11º** - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação, de seu Presidente ou na ausência e/ou impedimento deste por qualquer conselheiro observado o prazo de antecipação de 3 dias. **Parágrafo único** - O Conselho de Administração deliberar com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 12º** - A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, com mandato por 03 anos, admitida a reeleição da totalidade de seus membros, compor-se-á por 02 membros, acionistas ou não, residentes no País. **Parágrafo único** - O mandato da diretoria se prorrogará, automaticamente até que seja publicada no Diário Oficial do Estado a certidão de arquivamento, na Junta Comercial, da ata da assembleia geral que aprovou a gestão e as contas da Diretoria. **Artigo 13º** - Compete a Diretoria designar procuradores, em nome da companhia, devendo constar dos respectivos instrumentos de procuração os atos e as operações que poderão praticar, a duração dos mandatos e a assinatura de dois diretores. Compete ainda a Diretoria: a. representada por um só diretor ou um procurador: a.1 - a prática de todos os atos de gestão normal do patrimônio social; a.2 - a representação ativa e passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, perante terceiros em geral, pessoas físicas e ou jurídicas, de direito público e/ou privado. B. representada por dois diretores, por um diretor e um procurador ou por dois procuradores: b.1 - a prática de todo e qualquer ato, o qual, por qualquer forma, obrigue a sociedade ou envolva a sua responsabilidade. **Artigo 14º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o determinarem, podendo ser convocada pelo Conselho de Administração, por qualquer diretor ou pelo Conselho Fiscal, obedecida a antecedência de três dias. **Parágrafo único** - A Diretoria deliberará com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 15º** - O Conselho de Administração e a Diretoria terão seus honorários fixados pela assembleia geral que eleger o Conselho de Administração. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 16º** - O Conselho Fiscal terá caráter não permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas nos casos previstos em lei e compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **Parágrafo 2º** - Os suplentes substituirão os membros efetivos, automaticamente, na ordem de sua designação. **Parágrafo 3º** - A remuneração Dos membros do conselho fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária. **Capítulo VI - Do Exercício Social. Artigo 17º** - O exercício social começa no dia 01 de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 18º** - Os órgãos da administração apresentarão a assembleia geral ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecidos os dispositivos legais. **Parágrafo único** - Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo, equivalente a parcela de 25% do lucro líquido de cada exercício. **Artigo 19º** - Poderão ser levantados balanços gerais, sempre que a administração julgar oportuno. **Parágrafo único** - Os balanços gerais a que alude o presente artigo serão transcritos no livro "Diário". **Capítulo VII - Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 20º** - A dissolução e a liquidação com consequente extinção da sociedade serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor. **Artigo 21º** - Compete ao Conselho de Administração, se mantido pela assembleia geral, a escolha e nomeação do liquidante. **Artigo 22º** - A assembleia geral que determinar a dissolução da sociedade escolherá os membros do Conselho Fiscal que acompanharão a liquidação. **Artigo 23º** - Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. **Disposições Finais. Artigo 24º** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão dirimidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 10 de agosto de 2025.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2026

Convocamos os Senhores Acionistas do **Grupo Toky S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2546-1 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022, a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), sendo admitido, ainda, o envio de boletins de voto à distância ("**Boletins de Voto**"), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas ("**Assembleia Geral**"), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes da Companhia; (ii) o relatório da administração e a aprovação, com reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) condicionado à rejeição da matéria indicada no item (ii) acima, o relatório da administração e aprovação, sem reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iv) ratificação da eleição do Sr. Leonardo Gasparin como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (v) ratificação da eleição do Sr. Felipe Fonseca Pereira como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (vi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo Estratégia Fundo de Investimento Financeiro ("**Quartzo**"), deliberar sobre a destituição do Sr. Marcelo Rodrigues Marques do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (vii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Victor Pereira Noda do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (viii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ix) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Daniel Vinicius Alberini Schrickte do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (x) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Leonardo Gasparin do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Felipe Fonseca Pereira do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xii) em caso de rejeição de todas as propostas de destituição membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 6 (seis) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiii) em caso de aprovação da destituição de um membro do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiv) em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xv) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de um novo membro para o Conselho de Administração para cumprir o prazo unificado de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xvi) em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de novos membros para o Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028; e (xvii) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de novos membros para o Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social da Companhia; (iii) alterar o *caput* do artigo 5º, do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), para refletir: (a) os aumentos de capital social da Companhia aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14 de novembro de 2025 e 30 de dezembro de 2025; e (b) o grupamento de ações, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (ii) acima, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social; **Informações e Instruções Gerais:** A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, sendo admitido, ainda, o envio de Boletim de Voto. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral serão considerados presentes à Assembleia Geral, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81/2022. **Participação por meio da Plataforma Digital:** Os acionistas que desejarem participar na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o website <<https://assembleia.ten.com.br/606245023>>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, **com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia Geral (ou seja, até o dia 28 de abril de 2026, inclusive) ("Cadastro").** Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia Geral: (a) comprovante expedido pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, a saber o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTMV ("**Escriturador**") ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso aplicável, o instrumento de mandato; e, ainda, (c) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) **para acionista pessoa física:** cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) **para acionista pessoa jurídica:** cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do acionista ou procurador do acionista, conforme o caso; e (3) **para acionista fundo de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do fundo de investimento ou procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do website <<https://assembleia.ten.com.br/606245023>>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) para realização do Cadastro. Caso o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail <cri@mobly.com.br>, até as 18:00 horas do dia 29 de abril de 2026, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não efetuarem o Cadastro, que não completarem o Cadastro com a apresentação da integralidade da documentação requerida e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. **Acionistas representados por procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral. Para participação por meio de procurador, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei 10.406/2002 ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima. **Participação por meio de Boletim de Voto:** Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81/2022 e as instruções descritas na Proposta da Administração, os acionistas poderão exercer o seu respectivo direito de voto na Assembleia Geral por meio do preenchimento e entrega de Boletim de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, que contemplará a transmissão de suas respectivas instruções de voto com relação às matérias constantes da ordem do dia, (i) diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, mediante a realização do Cadastro; (ii) ao Escriturador, caso as ações não estejam depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"); (iii) caso as ações estejam depositadas na B3, às respectivas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia de tais ações; ou (iv) caso as ações estejam depositadas na B3, à Central Depositária da B3. **Em qualquer das hipóteses acima, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia Geral (isto é, até o dia 26 de abril de 2026).** **Eventuais Boletins de Voto recepcionados após a data acima indicada serão desconsiderados. Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação às matérias da ordem do dia, incluindo a proposta do acionista Quartzo, e, ainda, este edital de convocação, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Na hipótese de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração e, conseqüentemente, de deliberação sobre a eleição da totalidade dos membros do órgão, nos termos das matérias constantes dos itens (xvi) e (xvii) da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a referida eleição será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81/2022 e da Resolução CVM 80/2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do art. 3º da Resolução CVM 70/2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal faculdade. Nos termos do artigo 5º, inciso I A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações. Caso, por ocasião da Assembleia Geral, não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto ficará sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. São Paulo, 31 de março de 2026. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Marcelo Rodrigues Marques – Presidente do Conselho de Administração.

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

A **Grupo Toky S.A.** ("**Companhia**"), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados, nesta data, à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia. São Paulo, 31 de março de 2026. **Marcelo Rodrigues Marques – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.** (31/03, 01 e 02/04/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

